

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024





SUMÁRIO

04 Mensagem dos
Presidente

08 Destaque

16 Gestão
Democrática

22 Governança
Corporativa

26 Controle
Interno

28 Capital
Humano

34 Interesse pela
comunidade

64 Demonstrações
Contábeis

70 Notas
Explicativas

112 Relatório
do Auditor
Independente



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O cooperativismo faz parte da minha história, da minha essência. Muito antes de pensar em fazer parte do Sicoob Credijustra, já participava de ações que uniam pessoas em torno de um propósito.

No início dos anos 2000, durante um evento das associações de Servidores da Justiça do Trabalho no Rio de Janeiro, conheci o trabalho da Cooperativa e, desde então, colaboro ativamente no processo de nacionalização e captação de novos associados, a fim de fortalecer ainda mais o cooperativismo em nosso país.

Após a minha associação, vi o potencial que havia na região norte do Brasil, notadamente no Pará. Então, aceitei o desafio de atuar como superintendente da gestão, auxiliando a Diretoria na tomada de decisões, para ampliar a visibilidade da instituição e a captação de novos sócios e outros movimentos atinentes ao sistema.

Alguns anos depois, fui convidado a fazer parte de uma chapa para o Conselho de Administração até que, em 2023, aceitei a indicação de presidir o egrégio colegiado. Os desafios impostos são muitos, mas por trás de todos eles, há um conjunto de princípios e práticas que buscam garantir que a Cooperativa seja gerida de forma

transparente, responsável e ética.

Assumimos a gestão, com o contexto de estruturar ainda mais o Sicoob Credijustra a partir das mudanças e atualizações para o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) impostos pela Lei Complementar nº196/2022, bem como pontos econômicos e sociais, além da alta taxa de juros no Brasil, resultante da pandemia de Covid-19.

Consideramos ainda os objetivos de perenidade e constância, agregando sempre as pessoas nos processos, e tendo como meta unir os Conselheiros de Administração e Fiscal, a Diretoria Executiva, os Delegados e a Equipe de Colaboradores num só objetivo. Juntos, ratificamos que o crescimento é resultado do trabalho coletivo e que, para crescer em escala contínua, é necessário planejamento, convergência, execução com foco na organização e transparência. Assim, a Cooperativa alcançará seu propósito, onde cada área entende seu papel e sua relevância e se desenvolve das atividades no dia a dia da instituição.

Nesse sentido, e não menos importante, destaco que o papel de cada sócio também são agentes da transformação e de crescimento. Se queremos ver o nosso negócio prosperar, nada mais natural que convidar mais pessoas a virem participar

deste processo, afinal, este é o princípio do cooperativismo: conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade. Esta conexão perpassa ainda por outra identidade do sistema, o atendimento humanizado e personalizado. Se de um lado temos a tecnologia que traz inúmeras comodidades para o dia a dia, de outro temos a conversa boa no posto de atendimento, o café com o associado. E são essas também as relações que queremos manter, tanto no físico quanto no virtual

Nosso trabalho para esse mandato envolve ainda, com a Diretoria Executiva, o planejamento de ações para melhorar e ampliar os produtos e os serviços oferecidos aos cooperados, aperfeiçoar a qualidade da informação e promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.

Acreditamos que, em conjunto com nossos valores, essa atuação nos leva a contribuir para o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

João Vasconcelos
*Presidente do Conselho
de Administração*



MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE



O cenário econômico no Brasil se alterou de forma acentuada, especialmente nos três últimos anos, com efeitos de uma pandemia que ainda reverberam na economia. Isso exigiu da nossa Cooperativa muita agilidade, cautela e assertividade nas tomadas de decisão. No ano anterior, sem dúvidas, o aumento exponencial da taxa de juros básica e a inadimplência atingiram mais fortemente nosso sistema financeiro e, conseqüentemente, a todos nós, pessoas físicas e jurídicas. Foi um ano em que a taxa Selic chegou a um patamar elevado, aumentando sobremaneira o custo do dinheiro, o que dificultou a plena realização do resultado almejado, dado o aumento expressivo da despesa com captação.

Mesmo com os desafios econômicos de 2023, não descuidamos das pautas sociais e de educação. Organizados internamente com voluntários engajados e com o apoio do Instituto Sicoob e de outras entidades, levamos prestação de serviço, educação financeira e cooperativista, ações de sustentabilidade e outras atividades para as comunidades.

Seguimos nossa essência e nosso propósito de construir uma sociedade mais justa e próspera, estreitamos ainda mais o relacionamento com o cooperado, o que nos garantiu estabilidade e desenvolvimento.

Desde que assumimos o atual mandato, mantivemos fielmente o compromisso de atender de forma humana e próxima, tratando cada cooperado como uma pessoa única. Isso é o que nos torna cada vez mais fortes, mais unidos e diferentes das demais instituições financeiras. Entregar sempre o que o cooperado espera e acredita, mantendo o foco nos nossos princípios e valores, é o que gera e reproduz a confiança que nos leva ao permanente sucesso.

Nós, cooperados do Sicoob Credijustra, sabemos que temos uma empresa acolhedora e próspera nas nossas mãos. Precisamos levar tudo isso ao máximo de pessoas: parentes, amigos, pessoas jurídicas, condomínios, sindicatos e igrejas. Devemos propagar as vantagens de ser um cooperado.

Continuaremos buscando o aumento da visibilidade do Sicoob Credijustra por meio de ações de marketing e ampliação do diálogo com nossos cooperados.

Nossas expectativas são as melhores possíveis para o ano de 2024. O modelo cooperativo deve continuar se expandindo e chamando a atenção da sociedade, por sua transparência, força, seriedade e qualidade dos seus produtos e serviços.

Quanto mais o cooperado falar para seus conhecidos sobre o Sicoob Credijustra e convidá-los a participar da sociedade, tanto mais forte seremos. Por isso, peço a cada cooperado: participe desse processo de crescimento do seu negócio e indique quem você gostaria que estivesse ao seu lado nessa jornada de crescimento.

Muito obrigado e boa leitura!

Francisco Leal
Diretor-Presidente



1

Mais pessoas crescendo com o Sicoob Credijustra

A forte presença nas áreas de atuação e os investimentos no universo digital contribuíram para que o ano de 2023 fosse de expansão e adesão de novos Cooperados ao Sicoob Credijustra.

No último ano, mesmo diante às adversidades, a Cooperativa manteve 98,7% do seu quadro social, conseguindo atingir a marca de 1.946 novos entrantes.

O Diretor de Negócios do Sicoob Credijustra, Alex Patrus, explica que os números refletem as estratégias de aquisição desenhadas para o alcance dos objetivos, os quais foram estabelecidos no último ciclo de planejamento estratégico da Cooperativa para o período de 2022 a 2024.

O plano de trabalho estabelecido para 2023 se baseou em grandes pilares como a estratégica de marketing focada em ampliar de mercado e com os Cooperados, a efetividade dos canais, a consolidação do modelo de relacionamento focado na aquisição de novos Cooperados, que não diferente dos anos anteriores também teve sua maioria acontecendo abertura de contas de servidores da justiça do trabalho e da justiça federal.

Patrus lembra que a Cooperativa continua tendo o cuidado com a inovação tecnológica, pois sabemos do seu potencial transformador e seu impacto em termos de produtividade e resultados.

“Continuamos investindo em softwares e demais ferramentas que auxiliam a gestão na tomada de decisões, pois os dados obtidos revelam os perfis dos Cooperados e negócios potenciais”.

Essas pessoas buscam muito mais que uma instituição financeira. E, por isso, a gestão trabalha continuamente na construção de relacionamentos éticos e duradouros, primando pela eficiência de custos operacionais.

Seguimos também com o olhar na qualidade do atendimento presencial e “phygital” direcionamos nossos esforços para fortalecer os canais de que já dispúnhamos, expondo através deles uma comunicação contínua e coerente que possibilite o Cooperado a conhecer o cooperativismo, suas premissas, possibilidades e todos os nossos produtos e serviços. Além disso, finalizamos comunicações segmentadas para apoio ao negócio, hoje, os Postos de Atendimento tem à mão uma gama de peças prontas on-line e impressas com argumentos personalizados de acordo com as necessidades do público a ser impactado e com os argumentos mais efetivos.

Historicamente, somos reconhecidos por sermos uma instituição próxima dos nossos Cooperados, pois valorizamos as relações humanas e o propósito cooperativista, premissas estas fortalecidas também no atendimento digital.

Nossos Destaques

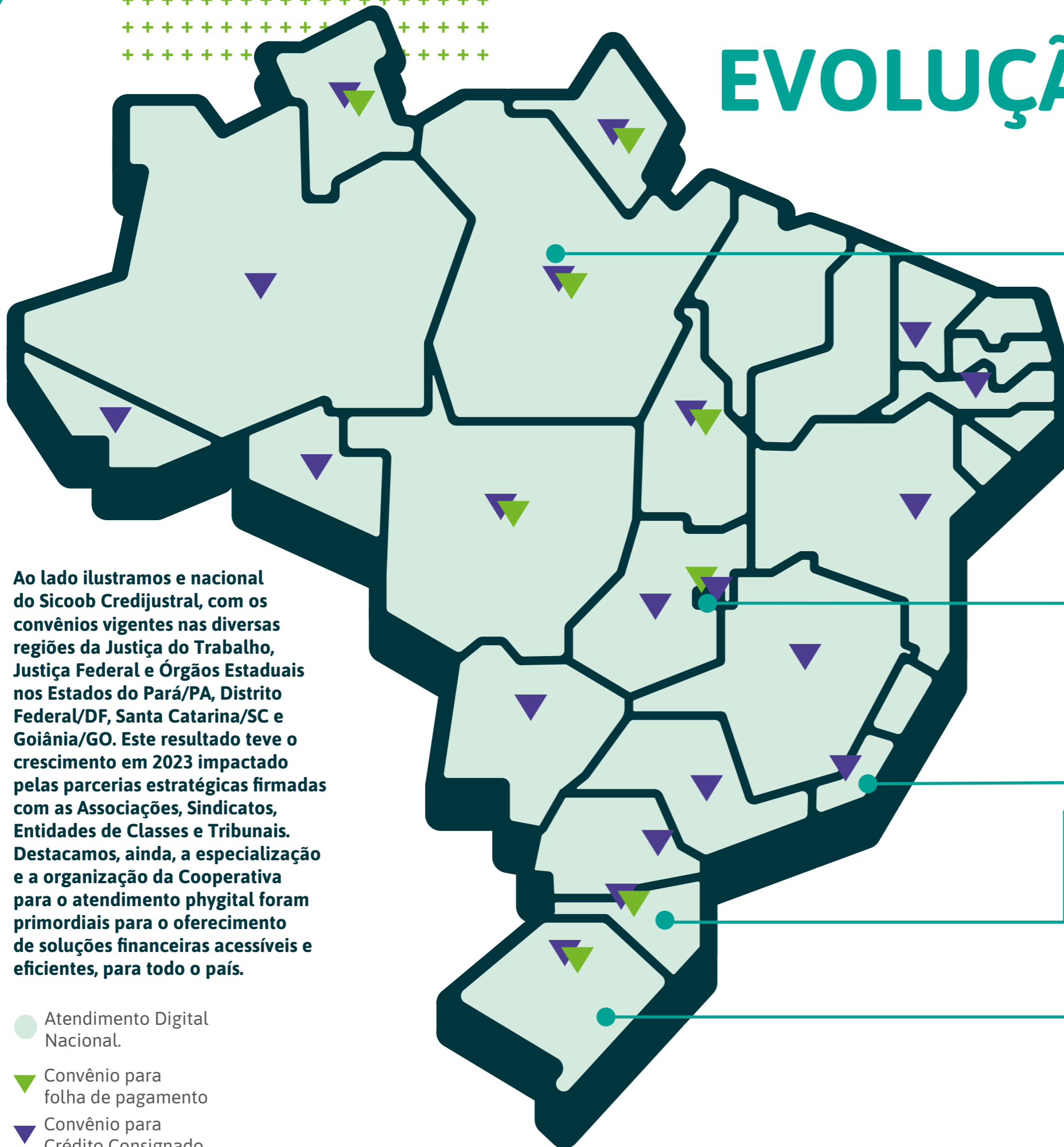
Saiba o que aconteceu durante 2024.

“O atendimento consultivo é uma abordagem focada no entendimento das necessidades individuais de cada cooperado e na oferta de soluções personalizadas que atendam a essas necessidades. Em uma Cooperativa de crédito, onde o relacionamento com os cooperados é fundamental, o atendimento consultivo é especialmente importante.

Em resumo, a segmentação de cooperados, o marketing e o atendimento consultivo são elementos interdependentes que ajudam uma Cooperativa de crédito a entender, atrair, atender e reter seus cooperados de maneira eficaz, promovendo o sucesso a longo prazo e o bem-estar financeiro de seus membros.”

ALEX PATRUS
Diretor de Negócios

EVOLUÇÃO E MERCADO



PONTOS DE ATENDIMENTO:

Região Norte

Belém/ PA
 Posto TRT 8º Região
 Posto Belém
 Posto QG Bombeiros
 Escritório de Negócios T.R.E. Pará

Centro-Oeste

Brasília/ DF
 Escritório de Negócios TST E TSE
 Posto TRT10 | Foro
 Posto CNC
 Escritório de Negócios Faça Parte DF

Goiânia/ GO
 Escritório de Negócios Faça Parte GO

Sudeste

Rio de Janeiro/ RJ
 Escritório de Negócios Anajustra Federal/ RJ

Região Sul

Florianópolis/ SC
 Posto TRT 12º Região;

Porto Alegre/ RS
 Posto TRT 4º Região;

Nacional

Posto de Atendimento Digital (PAD)
Posto de Atendimento Exclusivamente Eletrônico (PAE)

Ao lado ilustramos e nacional do Sicoob Credijustra, com os convênios vigentes nas diversas regiões da Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Órgãos Estaduais nos Estados do Pará/PA, Distrito Federal/DF, Santa Catarina/SC e Goiânia/GO. Este resultado teve o crescimento em 2023 impactado pelas parcerias estratégicas firmadas com as Associações, Sindicatos, Entidades de Classes e Tribunais. Destacamos, ainda, a especialização e a organização da Cooperativa para o atendimento phygital foram primordiais para o oferecimento de soluções financeiras acessíveis e eficientes, para todo o país.

- Atendimento Digital Nacional.
- ▼ Convênio para folha de pagamento
- ▼ Convênio para Crédito Consignado

NOSSOS CONVÊNIOS E PARCERIAS

Justiça do Trabalho

CONVENIENTE - ÓRGÃO	ESTADO
Tribunal Superior do Trabalho	DF
Ministério Público do Trabalho	Nacional
Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região	RJ
Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região	MG
Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região	RS
Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região	BA
Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região	PE
Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região	CE
Tribunal Regional do Trabalho 8ª Região	PA/AP
Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região	PR
Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região	DF/TO
Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região	AM/RR
Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região	SC
Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região	AC/RO
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região	SP
Tribunal Regional do Trabalho 18ª Região	GO
Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região	MT
Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região	MS

Justiça Federal e órgãos estaduais

CONVENIENTE - ÓRGÃO	ESTADO
Tribunal Regional Eleitoral - PA	PA
SEPLAD / SEAD	PA
Ministério Público do Trabalho	DF
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT	DF
Superior Tribunal Militar	DF
Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF	DF
Ass. Legislativa do Estado de Goiás – ALEGO	GO
Governo do Estado de Goiás	GO
Ministério Público do Estado de Goiás	GO
Tribunal Regional Eleitoral - GO	GO
Tribunal Regional Eleitoral - SC	SC
Justiça Federal 1º Grau/JFSC	SC

Parcerias de Negócios com Sindicatos e Associações:

PARCEIRO: SINDICATO/ ASSOCIAÇÃO	ÓRGÃO VINCULADO	ESTADO
Anajustra	Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região	RJ
	Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região	BA
	Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região	PE
	Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região	PR
	Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região	SP
	Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região	MT
	Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região	MS
	Sintraam	Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região
Asmip	MPDFT	DF
Amatra	Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região	PR
	Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região	SC
	Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região	SP
Assojaf	Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região	SP
Sindiquinze	Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região	SP
Agepoljus	Associação Nacional dos Agentes de Polícia do Poder Judiciário da União	Nacional
Serjus - RJ	Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região	RJ
ASST - RJ	Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região	RJ
Asa 5	Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região	BA



COMUNICAÇÃO, MARKETING, NEGÓCIOS E INTELIGENCIA COMPETITIVA

Ações que intensificam o relacionamento

De acordo com a pesquisa Inovação no Cooperativismo Brasileiro, realizada pelo Sistema OCB em 2022, as Cooperativas brasileiras estão dando maior prioridade à área de marketing e comunicação externa em suas políticas de inovação. E, claro, no Sicoob Credijustra não seria diferente.

A comunicação e o marketing são grandes aliados do Sicoob Credijustra para manter o relacionamento e a proximidade com seus cooperados e as comunidades onde atua, para apoiar o incremento dos negócios, fortalecer a marca e promover a informação para engajamento e alinhamento do público interno aos objetivos estratégicos da Cooperativa.

A Unidade de Comunicação Social e Marketing do Sicoob Credijustra trabalha com o conceito de comunicação integrada, que envolve ações de caráter institucional e comercial. Para que o processo ocorra de forma satisfatória, são usadas ferramentas como a régua de comunicação, campanhas institucionais, segmentação de cooperados por interesse e propensão, comunicação interna para educação e direcionamento dos colaboradores, além dos materiais de apoio ao negócio para os principais públicos, produtos e serviços de aquisição da Cooperativa que são servidores, condomínios, grandes e médias PJs, materiais de crédito, seguros, consórcios, patrocínios, parcerias e outros.

Essas e outras ferramentas, aliadas à estratégia, aos valores e à missão do Sicoob Credijustra, permitiu que, em 2023, fosse realizado o acompanhamento e a reestruturação de gestão da área comercial com as regionais e os gerentes, colaborando na criação de estratégias de marketing eficientes, na conquista de usuários inativos, na retenção de cooperados, na agilidade na solução de problemas e no aumento da satisfação do cooperado.

Gostaria de ressaltar a importância crucial da análise de dados em nosso processo de expansão e crescimento da base de novos cooperados e clientes. Em um mercado cada vez mais competitivo e dinâmico, a capacidade de compreender e utilizar eficazmente os dados é fundamental para o sucesso da Cooperativa se destacar como uma alternativa financeira mais inclusiva e eficiente.

ALEX PATRUS
Diretor de Negócios

Crescimento e qualidade

O Sicoob caminha para a marca dos oito milhões de Cooperados. O número mostra que o desconhecimento em relação às Cooperativas tem deixado de ser uma das principais barreiras que impedem as pessoas de fazer parte. E a consolidação da captação “um a um”, por indicação vêm se consolidando nacionalmente como a forma mais efetiva e segura para o fomento de negócios e o crescimento das Cooperativas.

Em 2023, o relacionamento próximo com o Cooperado, a evolução dos resultados no Sicoob Credijustra, o marketing e o atendimento consultivo caminharam lado a lado, pois “construímos, acompanhamos e analisamos cautelosamente todas as ações para garantir que os Cooperados sejam considerados em suas necessidades e que sejam impactados com a comunicação adequada e na quantidade certa. Somos hoje referência no sistema, no que se refere a estratégia de marketing e comunicação segmentada da regional pois obtivemos uma média de taxa de abertura de e-mail marketing de 15% pontos percentuais acima do mercado financeiro e com uma estrutura de recorrência e coerência inovadora e constante. O que nos levou a sermos convidados para palestrar no Sicoob Central BA e para a apresentarmos o trabalho a outras 5 Cooperativas filiadas aos Sicoob Nova Central para apresentação no nosso modelo nos últimos anos”, enfatiza o Diretor de Negócios Alex Patrus.

O relacionamento próximo com o cooperado e a evolução nossos resultados são elementos interdependentes e essenciais para o sucesso e a eficácia de uma Cooperativa de crédito que ajudam a entender, atrair, atender e reter seus cooperados de maneira eficaz, aqui nós acreditamos que o “cliente” realmente está no centro de tudo e trabalhamos reiterando esse entendimentos na composição da comunicação interna e externa para reforçar esse entendimento.

ALEX PATRUS
Diretor de Negócios

2

Gestão Democrática

Novos membros do Conselho de Administração são eleitos

A participação nas decisões é uma característica essencial do cooperativismo, por isso, cada Cooperado tem direito a voto nas assembleias através dos Delegados Eleitos, conforme previsto no Estatuto Social.

Em 2023, a eleição ocorreu durante a XXII Assembleia Geral, realizada no dia 25 de março, em formato digital. Além da eleição, na oportunidade, foi apresentada a prestação de contas do exercício anterior e o planejamento das ações para o próximo ciclo, prática que fortalece a transparência dos processos de gestão e governança da Cooperativa.

O Estatuto versa que o mandato do Conselho de Administração é de três anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 de seus membros.

Os componentes deste Conselho estão aptos a tomar decisões com base no olhar sobre os sócios e suas necessidades, tendo em vista que participam ativamente do dia a dia da instituição, reforça o Presidente do Conselho, João Vasconcelos.

Eleito no último período o Presidente do Conselho de Administração João Vasconcelos agradeceu a confiança recebida e reforçou suas premissas de gestão para o próximo triênio.

“Cada cooperado é uma peça fundamental no processo de multiplicação e valorização do cooperativismo, especialmente no segmento de crédito, que é um dos que mais cresce no país, de acordo com o Banco Central. O momento é de avançar, utilizando capital humano e tecnologia a favor de todos”



GOVERNANÇA

Organograma e participação

A participação ativa dos associados na gestão do Sicoob Credijustra é de extrema importância. Para isso, anualmente, todos são convidados para se reunirem em Assembleia Geral, cuja pauta passa pela prestação de contas e decisões sobre a destinação de resultados e os rumos da Cooperativa.

A cada três anos acontecem as eleições para o Conselho de Administração, que é responsável pela estratégia da Cooperativa e pela escolha da Diretoria Executiva. No mesmo período, também é realizado o pleito para escolha do Conselho Fiscal que será eleita na AGO 2024, pelos novos Delegados eleitos em 2023.

Nas Assembleias Gerais os associados serão representados por 24 Delegados, eleitos por região, para mandato de três anos, os quais podem ser reeleitos.

Confira, a seguir, quem são os membros do Conselhos de Administração, bem como os da Diretoria Executiva que formam a Gestão 2023-2026.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Vasconcelos Carvalho - Presidente
Sérgio de Souza Cordeiro - Vice-Presidente
Newton José Cunha Brum - Conselheiro Secretário
Alexandre de Jesus Coelho Machado - Conselheiro
Deise Alexandra Koerber - Conselheira

Márcia Elena Dutra Pereira - Conselheira
José Carlos da Silva Farias - Conselheiro
Gustavo Caribé de Carvalho - Conselheiro
Marco Aurélio Fidélis Rêgo - Conselheiro
Rafael Simões Espírito Santo - Conselheiro

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA



**Francisco de Assis
Teixeira Leal**
Diretor Presidente



**Alex Patrus Chagas
de Almeida**
Diretor de Negócios



Jeferson Fürh
Diretor Administrativo
e Financeiro

Mais que uma escolha FINANCEIRA.



Fazer parte do Sicoob é mais que contar com soluções financeiras completas e taxas mais justas para cuidar do seu dinheiro. É participar das decisões e dos resultados, promovendo o desenvolvimento de toda a comunidade por meio da cooperação.

Com os benefícios do cooperativismo, fica fácil escolher a sua instituição financeira.

CONHEÇA OS MOTIVOS PARA SE ASSOCIAR E ABRIR SUA CONTA EM:
[SICOOB.COM.BR/MAISQUEUMAESCOLHA](https://sicoob.com.br/maisqueumaescolha)



CENTRAL DE ATENDIMENTO
Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1111
Demais localidades: 0800 642 0000
SAC 24 horas: 0800 724 4420
Ouvidoria: 0800 725 0996 - de seg. a sex., das 8h às 20h - ouvidoriasicoob.com.br
Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 - de seg. a sex., das 8h às 20h





DELEGADOS

ELEITOS OS REPRESENTANTES DOS COOPERADOS:

Ao final de 2023, ocorreu a eleição para Delegados do Sicoob Credijustra, responsáveis por representar os mais de 14.950 sócios. Além de participação nas Assembleias Gerais, os eleitos têm como compromisso entender as necessidades dos Cooperados que representam, difundir os valores e princípios cooperativistas, assim como zelar pelo desenvolvimento do sistema.

A eleição ocorreu de forma fácil, intuitiva, segura e transparente, pois foi realizada pelo aplicativo Sicoob Moob. Ao todo, foram eleitos 27 Delegados efetivos e seis suplentes. Conheça o nosso time de Delegados do triênio 2023/2026:

NOME	REGIÃO
Heloiza Cleide Rodrigues Da Silva	Delegado(a) Digital Nacional - PAD/PAE
Antonio Jaime De Souza	Delegado(a) Digital Nacional - PAD/PAE
Marsenne Antônio Rennó Silva Negreiros	Delegado(a) Digital Nacional - PAD/PAE
Marconi Lopes De Albuquerque	Delegado(a) Digital Nacional - PAD/PAE
Jonas Nogueira Dos Santos	Delegado(a) Digital Nacional - PAD/PAE
Antônio Furtado Melo Filho	Delegado(a) Distrito Federal - PA TST / PA TSE
Terezinha De Jesus Caldas Barbosa Dos Santos	Delegado(a) Distrito Federal - PA TST / PA TSE
Edson Calixto Saliba	Delegado(a) Distrito Federal - PA TST / PA TSE
Antonio Donizete Braga	Delegado(a) Suplente Distrito Federal PA TST / PA TSE
João Tercio Silva Afonso	Delegado(a) Suplente Distrito Federal PA TST / PA TSE
Edmilson Alves Da Silva	Delegado(a) Distrito Federal - PA FORO / PA PJ
Almerindo Pinheiro De Souza	Delegado(a) Distrito Federal - PA FORO / PA PJ
Ricardo Alexandre Da Silva Souza	Delegado(a) Distrito Federal - PA FORO / PA PJ

Edson Rodrigues Da Costa	Delegado(a) Distrito Federal - PA FORO / PA PJ
Fulvio Sousa Crispim	Delegado(a) Distrito Federal - PA FORO / PA PJ
Lindomar Oliveira Da Costa	D Delegado(a) Suplente Distrito Federal PA FORO / PA PJ
Cleide Gomes De Lima	Delegado(a) Suplente Distrito Federal PA FORO / PA PJ
Celso Marques De Carvalho	Delegado(a) Distrito Federal - PA CNC
Adailton Ferreira Lima	Delegado(a) Suplente Distrito Federal - PA CNC
Fabio Hiroshi Da Silva Simamoto	Delegado(a) Distrito Federal - Faça Parte DF
Thomas Jefferson Pereira Do Nascimento	Delegado(a) Goiás - Faça Parte GO
Walmir Ferreira Gama	Delegado(a) Pará - PA TRT 8ª Região
Herlon Carlos Ribeiro Pereira	Delegado(a) Pará - PA TRT 8ª Região
Silvio Farias Da Silveira	Delegado(a) Pará - PA TRT 8ª Região
Nelcione Roxo Xavier	Delegado(a) Pará - PA QG Bombeiros
Márcio Sebastião De Oliveira Fonseca	Delegado(a) Pará - PA QG Bombeiros
Manoel Erimar Almeida De Souza	Delegado(a) Pará - PA QG Bombeiros
Ramon Brito Da Cruz	Delegado(a) Suplente Pará - PA QG Bombeiros
Tatiana Rescinho Amador Lopes	Delegado(a) Pará - PA Belém
Angelo Pio Passos Neto	Delegado(a) Pará - PA TRE Belém
Marcelo Zambiasi	Delegado(a) Rio Grande do Sul - PA TRT 4ª Região
Henrique Jacintho De Oliveira	Delegado(a) Santa Catarina - PA TRT 12ª Região
Nilson Mello Junior	Delegado(a) Santa Catarina - PA TRT 12ª Região

**GOVERNANÇA
CORPORATIVA**





CAPITAL SOCIAL

Remuneração do Capital

O capital social foi remunerado em 100% do valor da taxa SELIC em 2023, isso foi feito com o propósito de valorizar ainda mais a confiança depositada pelos nossos cooperados no Sicoob Credijustra.

O dirigente acrescenta que o capital social é tido como uma das referências para a fixação de índices e limites operacionais, e a partir desse fundamento, quanto maior a capacidade patrimonial do Sicoob Credijustra, maior será a sua solidez.

Quando uma instituição financeira detém uma estrutura patrimonial sólida, tem condições para atender aos associados em várias frentes, como empréstimos e financiamentos; produtos e serviços com retornos mais atrativos; rentabilidade de forma justa; e mitigação de riscos, principalmente os de crédito, mercado, liquidez e operacional.

A remuneração do capital em uma Cooperativa é um aspecto fundamental para o seu crescimento de forma sustentável e eficiente. As Cooperativas precisam de capital para expandir as suas operações, investir em novas tecnologias e expandir sua distribuição de agências. A remuneração do capital também permite manter o engajamento e o interesse dos membros e investidores na Cooperativa a longo prazo, além de atrair cooperados a usufruir de maiores benefícios em seus produtos e serviços, de acordo com o Diretor Financeiro, Alex Patrus.

Patrus ressalta ainda que, embora a remuneração do capital seja importante, as Cooperativas também devem manter um equilíbrio entre os interesses dos cooperados e os princípios cooperativos, praticando uma remuneração adequada, transparente e alinhada com os valores e objetivos cooperativistas.

Desenvolvimento do Capital Social

Entre os diversos títulos que estão postos no Estatuto Social, um deles versa exclusivamente sobre o capital social, que se configura como o resultado da soma de todas as cotas-partes dos seus cooperados.

As cotas-partes são a quantia subscrita e integralizada, por ocasião da associação, conforme os critérios estabelecidos estatutariamente Cooperativa. Ademais, para aumento contínuo de capital social, todos os associados pessoas físicas devem subscrever e integralizar, mensalmente, no mínimo, 30 quotas-partes.

Com o incremento, ainda foram criados produtos financeiros que dão mais oportunidades aos sócios que têm valores maiores depositados, bem como a possibilidade de que os demais cooperados depositem mais valores e possam usufruir desses benefícios. Entre os produtos, estão RDC Bloqueado, cartão black (com condições de isenção) e cheque especial com melhores juros.

“Trata-se de uma decisão que traz benefícios para o cooperado e, por conseguinte, para a Cooperativa, tendo em vista que esse recurso é o pilar de sustentação do patrimônio líquido da instituição. Cumpre ressaltar que as retiradas de capital podem comprometer a estrutura patrimonial e, por isso, o Sicoob Credijustra deve manter uma gestão eficiente desse recurso, com critérios que garantam a sustentabilidade do negócio”, detalha o presidente do Conselho de Administração, João Vasconcelos.

DIREITOS E DEVERES

De acordo com a Lei nº 5.764/71, que instituiu a Política Nacional do Cooperativismo, qualquer Cooperativa só pode ser criada se tiver seu estatuto social aprovado. O documento define o tipo da Cooperativa e as obrigações internas entre sócios e/ou externas entre sócios e terceiros.

Não se trata apenas de um documento legal e normativo. É um instrumento útil para a operação do Sicoob Credijustra - e de todas as instituições do ramo, cada uma com a sua especificidade -, o Estatuto orienta a atuação da organização e preconiza valores como transparência, confiança e sustentabilidade. Dessa maneira, uma série de situações estão ali previstas.

Em 2023, o Estatuto Social do Sicoob Credijustra passou por algumas alterações, aprovadas durante Assembleia Geral, especialmente no que dizia respeito às adequações necessárias em razão da Lei Complementar nº 196/22 e das disposições que envolviam os itens de convocação.

No que tange à Lei nº 196, Vasconcelos ressalta que a norma lei fortaleceu a governança das Cooperativas, com separação mais clara entre direção estratégica (Conselho de Administração) e execução (Diretoria). “O sistema cooperativista está em constante atualização e todos precisam estar a par deste movimento, pois é ele quem colocará a nossa instituição e os sócios na agenda da inclusão, competitividade, transparência, educação e sustentabilidade”.

“Dessa maneira, é fundamental que cada sócio, antes mesmo de se associar ou logo após a associação, invista tempo para fazer uma leitura aprofundada desse normativo. Isso ajudará, inclusive, a entender quais são as leis que regulamentam o cooperativismo como um todo e o porquê determinadas decisões devem ser tomadas”, aconselha o presidente do Conselho de Administração, João Vasconcelos.

Acesse o Estatuto, [clcando aqui](#).

Ou acesse sicoob.com.br > O Sicoob > Normativos e Regulamentos > Estatuto Social



CONFORMIDADE E ATINGIMENTO DE ÍNDICE

Auditoria Independente: Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa-CNAC. Escopos Prudencial, Conduta Cliente e Conduta PLD/FT. O Sicoob Credijustra foi classificado com o índice Baixo Risco. No indicador emitido pela CNAC, no 1º semestre de 2023, segundo as métricas do Banco Central do Brasil.

DIANTE DESTA CLASSIFICAÇÃO,
O SICOOB CREDIJUSTRA ATINGIU
O NÍVEL SATISFATÓRIO.

O CSA revelou
também que
todos os postos
de atendimento
possuem **95%**
de conformidade

Rating Sistêmico: É uma ferramenta que mensura o desempenho das Cooperativas em 23 indicadores com base no risco de descontinuidade, o Sicoob Credijustra durante o ano 2023 atingiu o nível de risco “Muito Baixo”. A Superintendência de Gestão de Riscos e Capital, do CCS, é a responsável por fazer a classificação das Cooperativas em riscos: Muito Alto, Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo.

Auditoria Controle Interno Sicoobnovacentral: Para garantir segurança nas operações, normativos, políticas e resoluções CMN a Cooperativa utiliza o Controle Sicoob de Auto Avaliação (CSA). A CSA possui três níveis de conformidade: Satisfatório, Alerta, Insatisfatório. No primeiro semestre de 2023, o Sicoob Credijustra obteve a média 95% de conformidade, alcançando o índice Satisfatório. Todos os Pontos de Atendimentos da Cooperativa também apresentaram nível de conformidade Satisfatório.

“Temos empreendido esforços constantes para qualificar o time de profissionais que atuam diretamente na área, bem como pautado nossas ações com vistas a garantir o alcance dos objetivos colocados no planejamento estratégico; a eficiência e a efetividade operacional; a confiança dos registros contábeis e financeiros; e a conformidade com as leis e normativos aplicáveis ao sistema.”

JEFERSON FÜRH
Diretor Administrativo Financeiro

Capital Humano

Confira todas as ações ocorridas ao longo do ano.





VALORIZAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL

O Sicoob Credijustra está sempre empenhado em estabelecer uma rede de relações profissionais equilibrada e benéfica aos envolvidos. Nesse sentido, a valorização do patrimônio humano é uma das principais estratégias adotadas pela Instituição para manter a qualidade de vida no trabalho e, conseqüentemente, a produtividade.

Para isso, desde 2017, é realizada uma pesquisa de clima organizacional, ferramenta de gestão de grande relevância para a avaliação das condições e do ambiente de trabalho na visão dos colaboradores, com base em um conjunto de indicadores mensuráveis.

Ao longo de 2023, a Credijustra ofereceu benefícios e programas de qualidade de vida e desenvolvimento profissional e pessoal para os colaboradores.

A valorização dos empregados vai muito além do salário ou gratificações pecuniárias. Proporcionar mais qualidade de vida, boas condições de trabalho e evolução pessoal e profissional são outros aspectos criteriosamente trabalhados pela Cooperativa.

Os colaboradores do Sicoob Credijustra possuem pacote de benefícios compatível com o mercado, que inclui: assistência médica e odontológica; seguro de vida em grupo; previdência complementar; auxílio-alimentação e refeição; auxílio-creche e babá; plano de atividades físicas e participação nos resultados.

Confira, a seguir, as atividades de desenvolvimento humano e técnico realizadas em 2023:

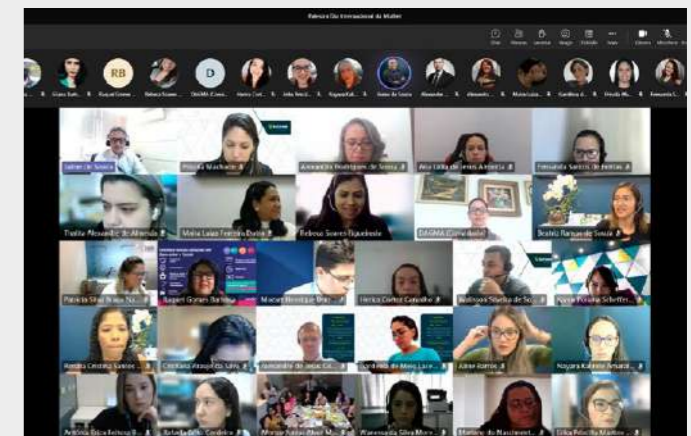
“A Cooperativa, bem como o sistema cooperativista como um todo, adota a premissa de que um ambiente de trabalho positivo e uma equipe engajada são fundamentais para oferecermos um atendimento humanizado e um serviço de excelência aos cooperados e para o sucesso a longo prazo da Cooperativa”, analisa o Diretor Jeferson Fürh.

Março de 2023 - Realização do workshop sobre o “Programa de Gestão de Desempenho”



Março de 2023

Realização da celebração do **Dia Internacional da Mulher**, em reconhecimento às colaboradoras da Cooperativa.



Abril de 2023

Realização do momento de celebração em razão da **Páscoa**.



Maio de 2023

Realização do momento de celebração pelo **Dia das Mães**, em reconhecimento às colaboradoras da Cooperativa.



Maio de 2023

Campanha de vacinação da gripe (Influenza) dos colaboradores e familiares.

Junho de 2023

Realização da ação em celebração Junina: **"Arraia da Justra"**.

Julho de 2023

Participação do **1º Encontro de Gestão de Pessoas do Sicoob Nova Central** em Goiânia.



Agosto de 2023

Momento de celebração pelo **Dia dos Pais**.



Agosto de 2023

Ainda, no mesmo mês, a Credijustra participou do **Congresso Nacional de Recursos Humanos (CONARH)** com a comitiva nacional do Sicoob.



Setembro de 2023

Curso de formação para os membros do **Conselho de Administração (Instituição ESCOOP, com patrocínio SESCOOP/RS)**.

Participação no **1º Workshop de Jornada de Crédito** do Sicoob Nova Central em Goiânia

Lançamento da 2ª edição do **Programa de Saúde e Bem-estar (Vai & Zen)**.

Palestra para os colaboradores no contexto da **Campanha de Saúde - Setembro Amarelo**.



Outubro de 2023

Ação de incentivo em razão da **Campanha de Saúde - Outubro Rosa**, nesta mesma data foi realizado o incentivo à vacinação contra o vírus HPV.





Outubro de 2023

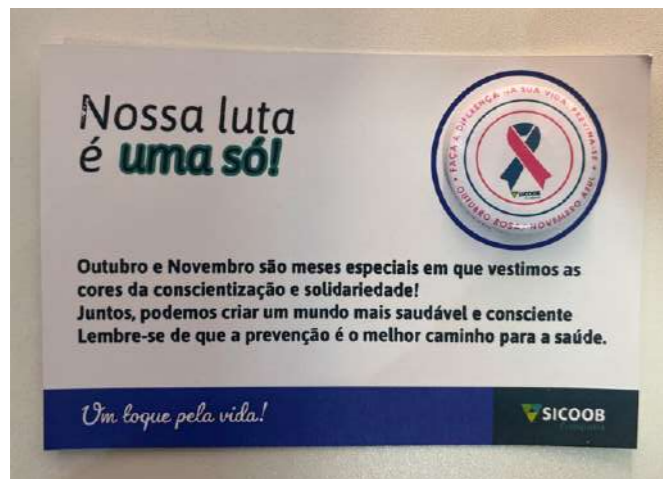
Lançamento do **Programa de Desenvolvimento de Lideranças** (Instituição ESCOOP, com patrocínio Sescop/DF e Sescop/RS)



Participação no **1º Encontro de Comunicadores do Sicoob Nova Central** em Goiânia.

Novembro de 2023

Ação de incentivo em razão da **Campanha de Saúde - Novembro Azul**, nesta mesma data foi realizado o incentivo à prevenção do câncer de próstata.



Dezembro de 2023

Confraternização em celebração ao final do ano de 2023.



Seguro Vida Mulher do Sicoob,
PRA TUDO FICAR BEM.

Ser forte é se cuidar e proteger quem você mais ama.

O futuro, ninguém pode prever. Mas uma coisa é certa: com o Seguro Vida Mulher do Sicoob, você sabe que pode dormir tranquila.

Procure sua cooperativa e saiba mais. sicoob.com.br

Sicoob. Mais que uma escolha financeira.

Central de Relacionamento Sicoob Seguros - Atendimento 24 horas
Capitais e regiões metropolitanas: 3003 5262 - Demais localidades: 0800 725 8285
Ouvidoria: 0800 725 0996 - de segunda a sexta, das 8h às 20h - ouvidoriasicoob.com.br
Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 - de segunda a sexta, das 8h às 20h



Interesse pela comunidade

Social e Educação Financeira





INCENTIVO À COMUNIDADE



INTERAÇÕES DIRETAS

16.600 MIL PESSOAS

Interagiram pessoal e diretamente com os programas e ações.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA

+1.360 MIL Pessoas beneficiadas
+14.580 MIL Pessoas impactadas



SEMANA DO COOPERATIVISMO

+600 Pessoas beneficiadas



SELO INSTITUTO SICOOB

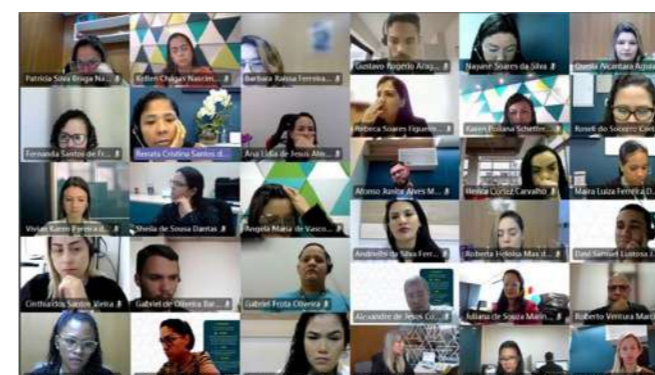
01 projeto pessoas beneficiadas
01 chancela do instituto Sicoob

EIXO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

GLOBAL MONEY WEEK

Palestra de Educação Financeira

Durante a Semana #GMW 2023, foi realizada uma palestra sobre educação financeira, focando na saúde financeira e liderada pelo voluntário inspirador, Roberto Ventura. O evento online atraiu cerca de 70 colaboradores, gerando debates produtivos e oferecendo dicas valiosas.



Contação de história

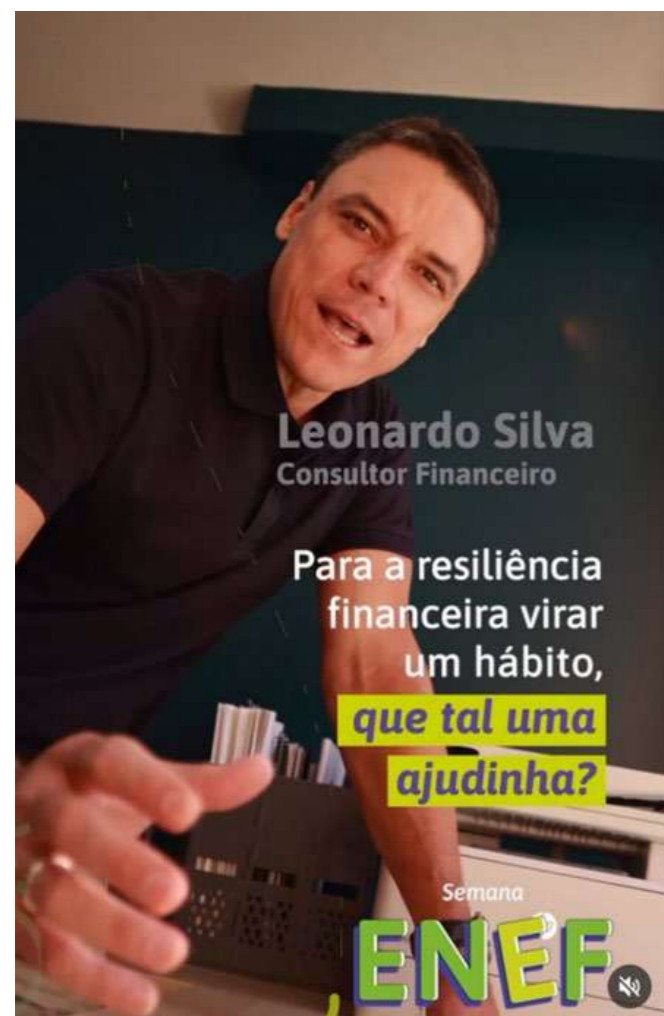
Paralelamente, o Sicoob Credijustra engajou as crianças com o lançamento da série #ColeçãoFiancinhas, iniciando com “Marina esqueceu de desligar a televisão”, apresentado pelo diretor-presidente Alexandre Machado e Davi. O episódio enfatizou a importância da sustentabilidade ao conscientizar sobre o uso consciente dos recursos.



SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Dicas de educação financeira

O Consultor, fundador da Oficina das Finanças e autor, Leonardo Silva, compartilha percepções sobre momentos de resiliência financeira, trazendo valiosas dicas e informações nas nossas redes sociais.



AGROBRASÍLIA 2023

O Sicoob Credijustra marcou presença de destaque na AgroBrasília 2023. Durante o evento, apresentamos entusiasticamente o Programa Financinhas para as crianças das escolas públicas que o visitaram. Desenvolvido pelo Instituto Sicoob, esse projeto incorpora uma metodologia que oferece suporte aos professores no ensino de educação financeira. Através de histórias envolventes, destacamos a relevância do desenvolvimento saudável, visando a formação de cidadãos conscientes e responsáveis quando o tema é dinheiro. Com a colaboração de nossos dedicados voluntários, conseguimos impactar positivamente mais de 650 crianças.



PALESTRA FINANCEIRA: Recycle a vida

A intercooperação, um dos sete princípios fundamentais do cooperativismo, serve como base para parcerias entre diferentes Cooperativas. Trabalhando juntas, elas trazem benefícios significativos ao movimento cooperativista. Com isso, o Sicoob Credijustra realizou uma palestra sobre educação financeira para estudantes de cabeleireiro na Cooperativa Recycle a Vida, em parceria com o SENAC. Esse esforço não se limita ao apoio financeiro; reflete nosso compromisso com a responsabilidade social e educacional nas comunidades em que atuamos, visando transformar vidas por meio do voluntariado.



SE LIGA FINANÇAS ON

O “Se Liga Finanças” oferece conteúdo gratuito sobre finanças, direcionado a jovens de 15 a 29 anos e microempreendedores individuais. Seu objetivo é destacar os benefícios de uma gestão financeira responsável e a importância dela para o sucesso dos pequenos negócios. O Sicoob Credijustra promoveu a plataforma Se Liga Finanças ON ao longo do ano, disponibilizando cursos on-line de Finanças Pessoais e para MEI, com atividades práticas que ajudam a entender melhor as finanças. Os participantes também recebem um certificado ao concluir o curso.

Alcançamos **MAIS DE 1.200** pessoas.

PALESTRA FINANCEIRA

Grau Técnico

A cooperação não se limita apenas ao âmbito financeiro, mas também implica a execução de iniciativas de responsabilidade social e educação financeira nas comunidades em que as Cooperativas atuam. Através de ações voluntárias, buscamos auxiliar as pessoas a transformarem suas vidas. Recentemente, participamos da 3ª Feira de Empregabilidade nas unidades do Grau Técnico na Asa Sul – Brasília e Taguatinga. Durante o evento, apresentamos palestras esclarecedoras sobre planejamento financeiro e gestão de endividamento.



Instituto Paraense de Educação e Arte - IPEARTE

No mês de junho, foi realizada uma visita ao Instituto Paraense de Educação e Arte - IPEARTE. Esta ação incluiu a implementação do Programa Financinhas do Instituto Sicoob, voltado para crianças e adolescentes, com o objetivo principal de introduzir a educação financeira desde a infância. Focando em valores como cooperação, participação, autoconhecimento e senso de comunidade, a iniciativa visa incentivar comportamentos que fomentem hábitos financeiros saudáveis e reforcem a cidadania entre os jovens.

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará - CBMPA

Com o objetivo de expandir a cultura cooperativista e apoiar o crescimento sustentável das comunidades, a Cooperativa estendeu seu compromisso ao Corpo de Bombeiros do Estado do Pará. Funcionários engajados no programa de voluntariado corporativo e capacitados pela metodologia do Instituto Sicoob proporcionam orientações importantes em educação financeira aos membros da corporação.



Dia das Crianças: Associação dos Servidores do Ministério Público do Distrito Federal

O Sicoob Credijustra se envolveu ativamente na ação em comemoração ao Dia das Crianças promovida pela Associação dos Servidores do Ministério Público do Distrito Federal. Utilizando a contação de histórias como ferramenta, proporcionamos aos pequenos a oportunidade de explorar e compreender conceitos de educação financeira de maneira lúdica e divertida.



Saúde Financeira: Stay Coworking

O Sicoob Credijustra marcou presença em Goiânia, realizando a palestra "Saúde Financeira" no Stay Coworking. A apresentação foi conduzida pelo Diretor Executivo do Sicoob Credijustra, Alex Patrus





Dia do Servidor Público

Em honra ao Dia do Servidor Público, a ser celebrado no dia 28, o Sicoob Credijustra foi convidado a realizar uma série de ações direcionadas aos servidores do Corpo de Bombeiros do estado do Pará.



WORLD INVESTOR WEEK

É uma campanha global de proteção e educação dos investidores, bem como educação financeira. Promovida pela Organização Internacional das Comissões de Valores, ou IOSCO, a iniciativa congregará a oferta de oportunidades educacionais à população de mais de 100 países, oferecidas por todos os membros da organização.

Durante a Semana da WIW 2023, implementamos o plano de comunicação disponibilizado e, em colaboração com nossos voluntários, produzimos vídeos educativos sobre investimentos.

RECONHECIMENTO: Inovação com propósito

Este prêmio foi criado para comunicar o valor do cooperativismo financeiro para a comunidade brasileira e aumentar as capacidades de gestão e inovação das Cooperativas financeiras para expansão do setor, atendendo-se aos propósitos do cooperativismo. E a nossa Cooperativa foi uma das 26 Cooperativas financeira a se qualificar para a participação no prêmio.



CONCURSO CULTURAL

No início do mês de outubro, demos início a premiação local do Concurso Cultural 2023, uma iniciativa do Instituto Sicoob em parceria com o Sicoob Credijustra. Na ocasião foi premiado os alunos do 3º e 5º ano da Escola Classe da 303 de São Sebastião, Escola Classe Guariroba de Samambaia.

Escola Classe da 303 de São Sebastião/ DF



Escola Classe Guariroba de Samambaia/ DF



CAPACITACOOOP

Em parceria com o SESCOOP, lançamos ao longo do ano cursos dedicados à educação cooperativista. Essa iniciativa integra uma série de cursos de curta duração elaborados para o quadro social e a comunidade, abordando temas relevantes e pertinentes ao nosso sistema cooperativo. Com um conteúdo abrangente e formato digital, estamos proporcionando uma imersão significativa da nossa comunidade no universo cooperativo.

O 1º ENCONTRO DE MULHERES COOPERATIVISTAS

Em comemoração ao mês das Mães, realizamos o 1º Encontro de Mulheres Cooperativistas, em especial mães, para uma manhã especial e cheia de trocas de experiências. Com a palestrante Márcia Lucindo Lage, Cooperada e voluntária do Sicoob Credijustra, trouxe reflexões sobre a força da mulher e o lugar delas como mãe.



21ª EDIÇÃO DO COOPERJOGOS

Os Funcionários do Sicoob Credijustra de Brasília participaram ativamente da 21ª edição do Cooperjogos. Este evento esportivo e de integração cooperativista reuniu as pessoas em um ambiente envolvente de arte, cultura e lazer, enquanto reforçava os valores e princípios fundamentais do cooperativismo. As diversas categorias, representando os ramos cooperativos, incluíram: Agropecuário, Crédito, Saúde, Trabalho e Produção de Bens e Serviços, Transporte, Consumo e Infraestrutura.



SUSTENTABILIDADE

No mês de junho, conduzimos uma abordagem integral nos 3 (três) pilares: Educação Financeira, Educação Cooperativista e Desenvolvimento Sustentável, destinada a 16 colaboradores do estado do Pará. Em linhas gerais, apresentamos conceitos fundamentais sobre o movimento cooperativo, incluindo sua história, origens, conceitos, princípios e valores, como parte integrante do processo de aprendizagem Cooperativa. Essa abordagem visa proporcionar um entendimento mais aprofundado sobre o tema. Ao realizar essa ambientação, não apenas contribuimos para o desenvolvimento sustentável, mas também fortalecemos os valores essenciais que permeiam nossa essência: o cooperativismo.



“Assim, atuamos enquanto agentes que colaboram na transformação das comunidades. Por isso, o Sicoob Credijustra busca se manter alinhado ao perfil socioeconômico das localidades onde está inserido, buscando constantemente informações relevantes que permitam a definição de políticas de investimentos sociais eficazes e soluções financeiras justas.”

JEFERSON FÜRH
Diretor Administrativo Financeiro

EIXO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

COOPERFIT

Programa FIT360

Sicoob Credijustra no mês de abril, implemento o Programa Cooperfit, uma plataforma de treinos online para academia em casa, orientação com nutricionista, endocrinologista, personal trainer, psicólogo, além de aulas de Yoga e meditação, tudo oferecido gratuitamente aos associados da Cooperativa. Iniciativa traduz um dos princípios do cooperativismo que é o interesse pela comunidade, além de atender ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS3) da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Saúde e Bem-estar. A ação teve ainda um Desafio Fitness com premiações no qual os participantes tiveram que cumprir metas de exercícios físicos diários compartilhando sua rotina em um grupo de orientação no WhatsApp.



PARCERIAS: AMATRA E AMEPA

No ano de 2023, o Sicoob Credijustra realizou visitas a associações e departamentos públicos com o objetivo de apresentar programas abrangentes de educação financeira e desenvolvimento sustentável. Durante essas interações, estabelecemos parcerias para engajamento efetivo dos programas junto àquelas comunidades. Entre as organizações visitadas, destacam-se a Associação AMATRA na região do Pará, a ASCOM do departamento do TRT da 8ª região e a Associação AMEPA no estado do Pará.



AÇÕES SOCIAIS DO SICOOB CREDIJUSTRÁ

“O Sicoob Credijustra atuando ativamente na área **CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE**, promovendo operativismo por meio de ações estratégicas e eficientes.”

CAMPANHA: JUNTO VERMELHO

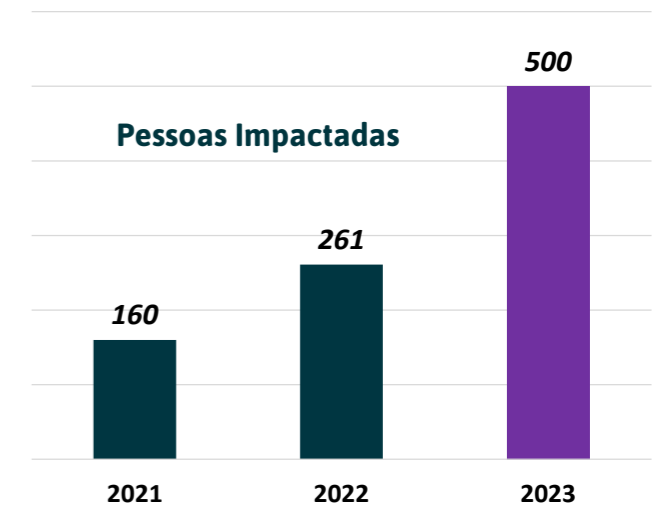
Doação de Sangue

O sangue é essencial para tratamentos e intervenções urgentes e pode ajudar pacientes que sofrem de condições com risco de vida, além de apoiar procedimentos médicos e cirúrgicos complexos. No dia 14 de junho, em conscientização ao Dia Mundial do doador de sangue destacamos a importância da doação de sangue. A necessidade de sangue seguro é universal. Mais de 230 pessoas foram impactadas.



SEMANA DO COOPERATIVISMO

O Dia Internacional do Cooperativismo, bem como o da Ação do DIA C - Dia de Cooperar, é uma iniciativa nacional liderada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que busca, por meio do voluntariado, o desenvolvimento social das comunidades e elevar a qualidade de vida das pessoas. No sábado dia 1º de julho, os moradores da região administrativa do RECANTO DAS EMAS contaram com um evento recheado de atividades gratuitas de lazer, saúde, bem-estar, educação financeira, gastronomia e cultura. O Centro Olímpico e Paraolímpico, recebe o Dia de Cooperar (Dia C), maior movimento de voluntariado do setor de Cooperativas. As atrações acontecem o dia todo.



DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

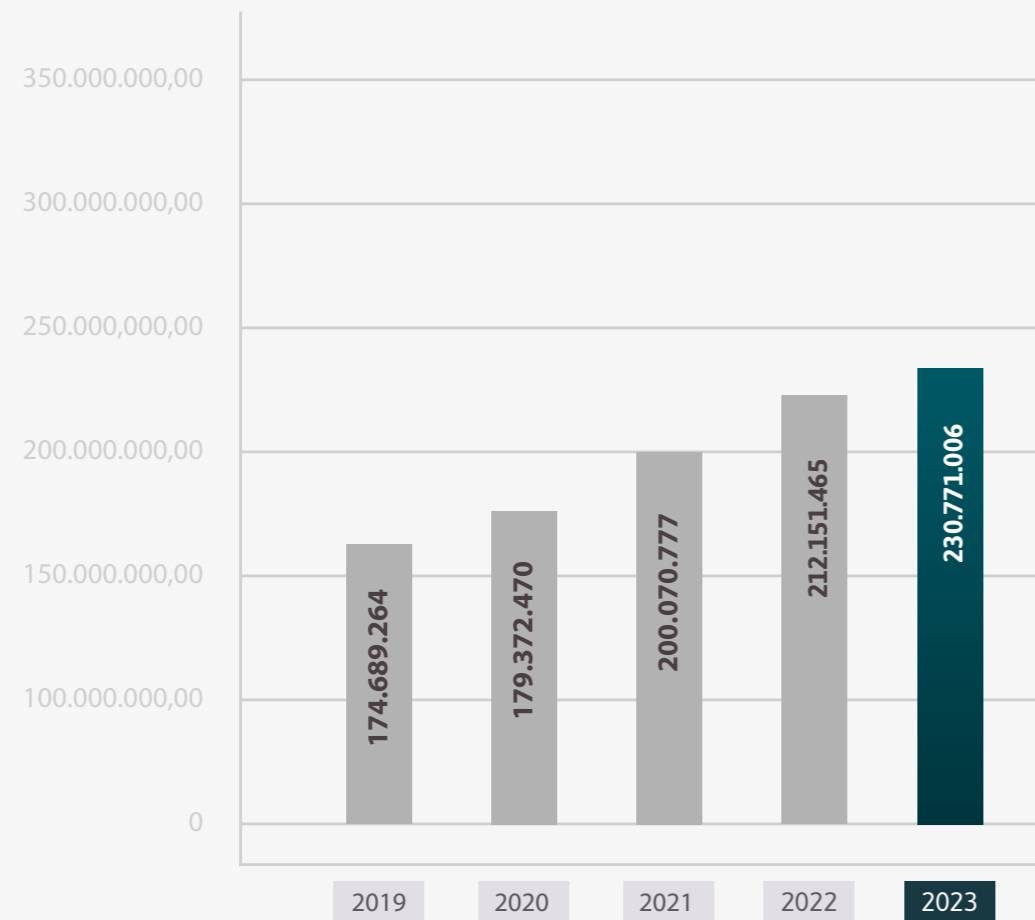


ATIVO

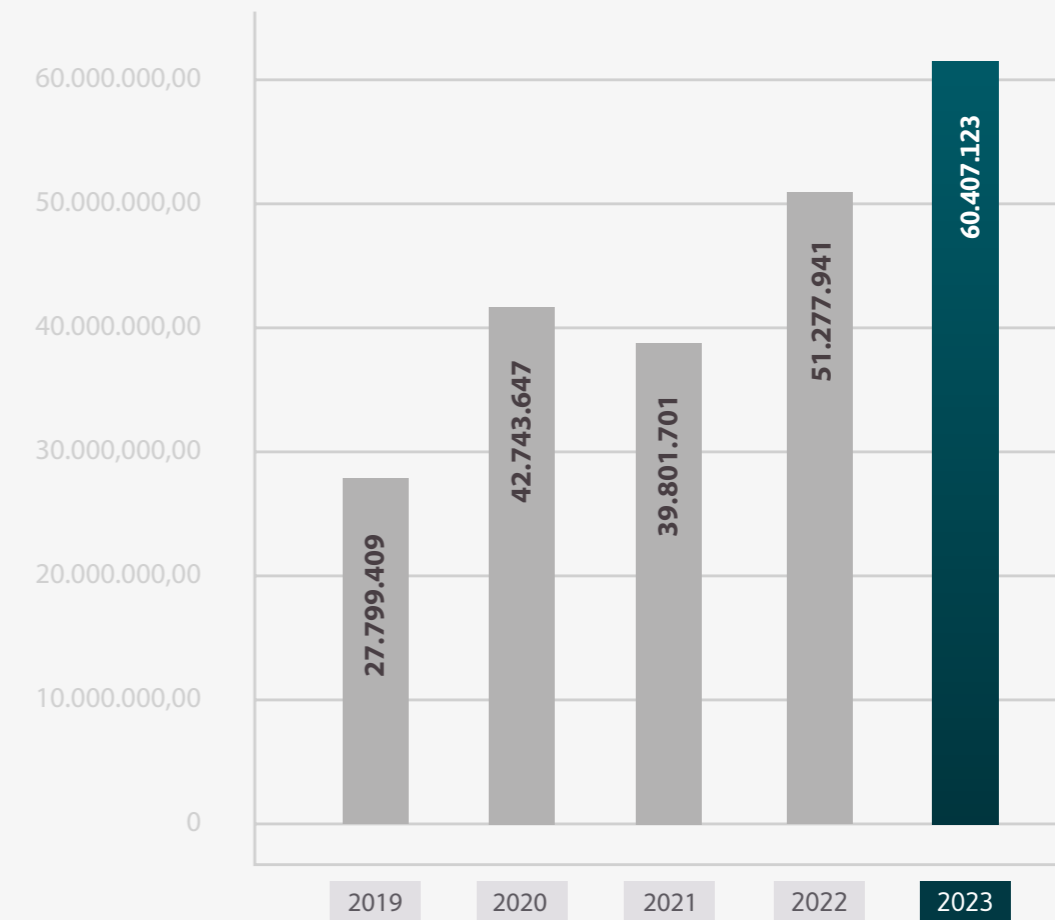




OPERAÇÕES DE CRÉDITO

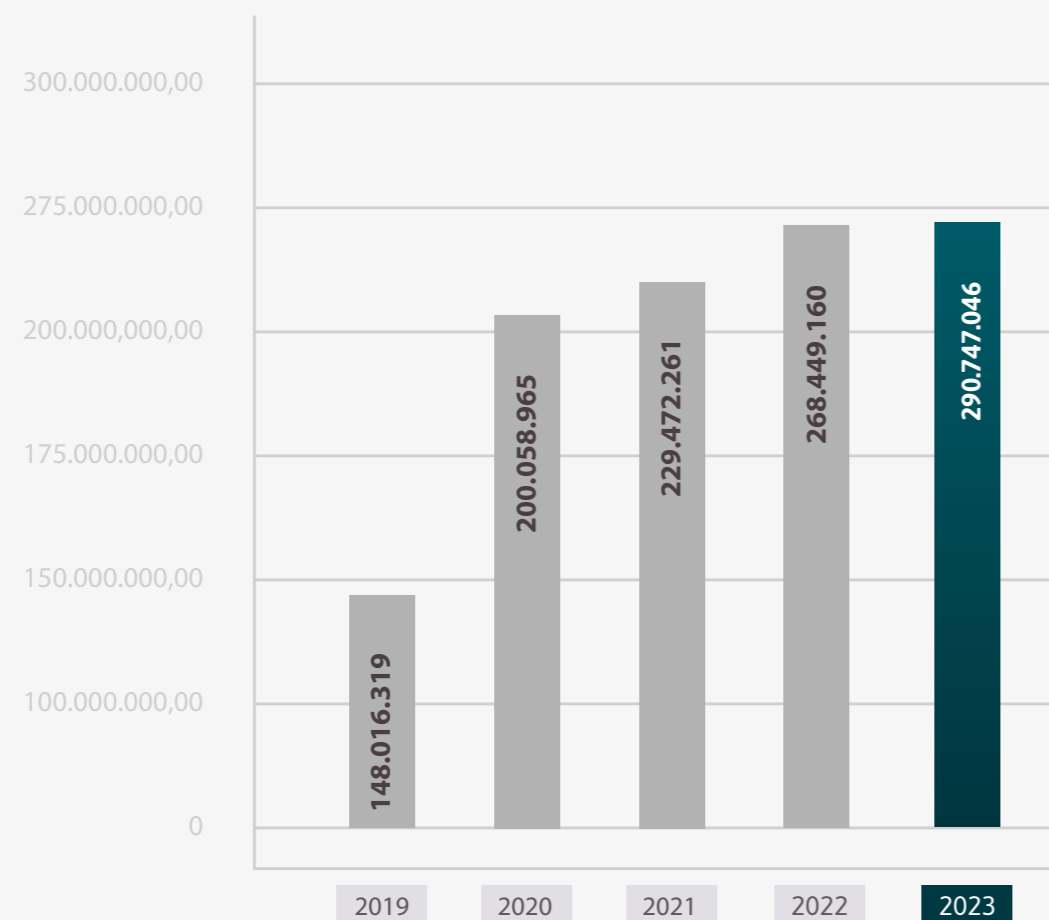


DEPÓSITO À VISTA

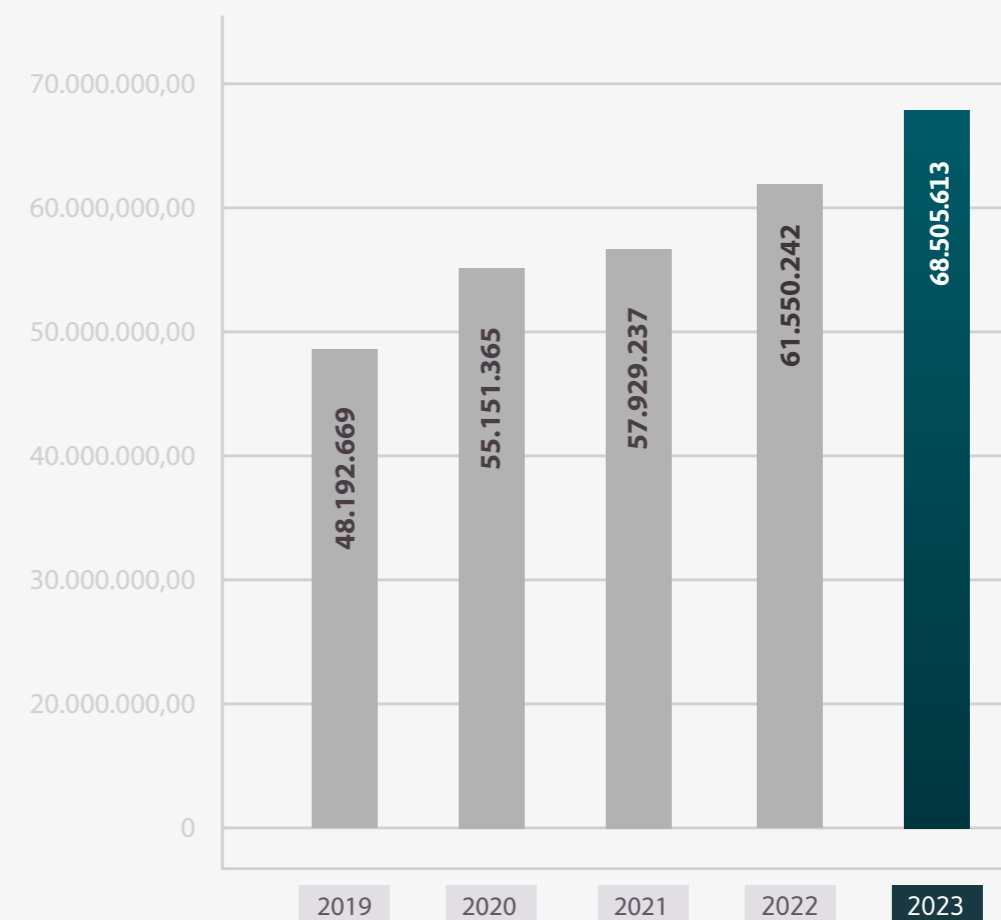




DEPÓSITO A PRAZO

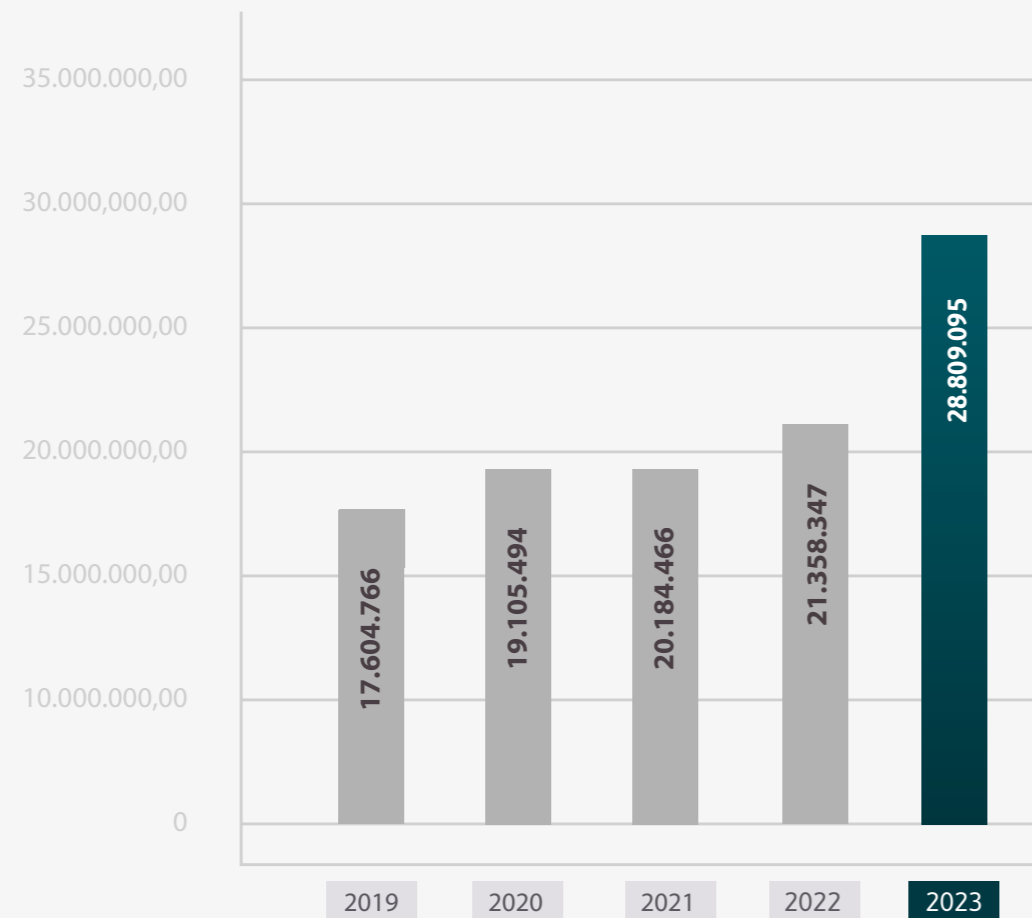


PATRIMÔNIO LÍQUIDO

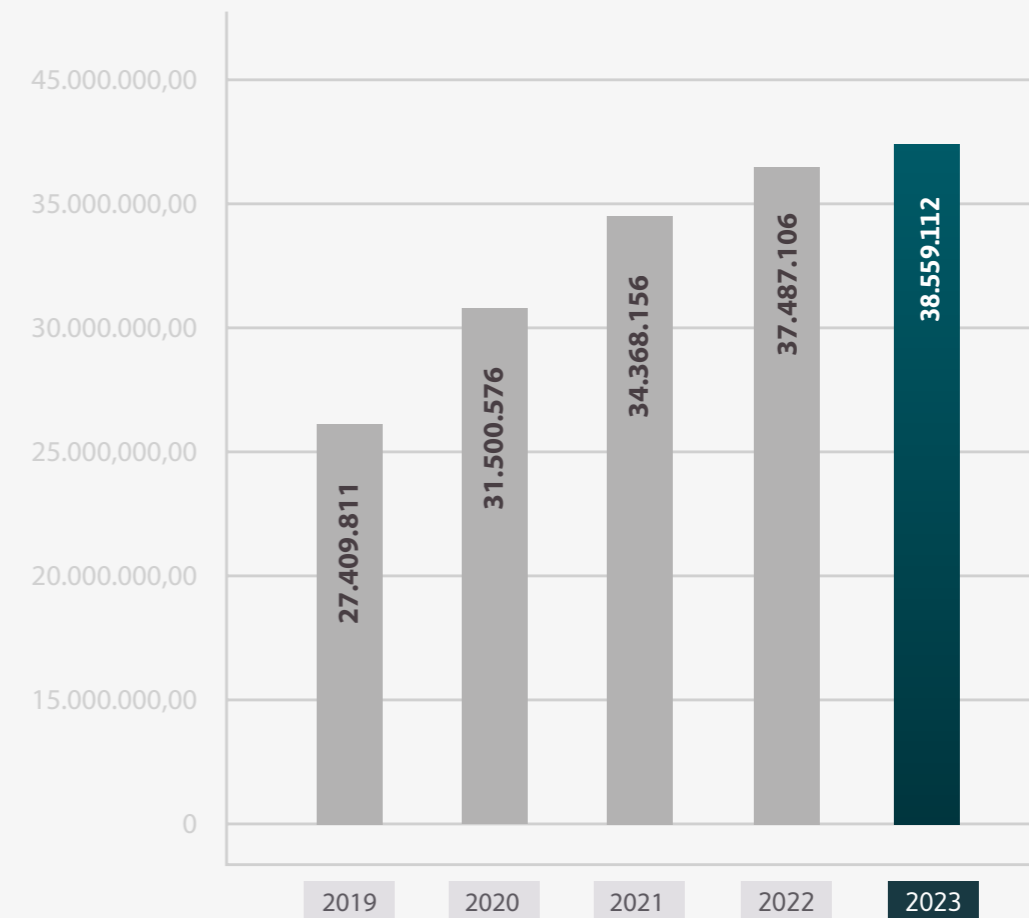




CAPITAL SOCIAL

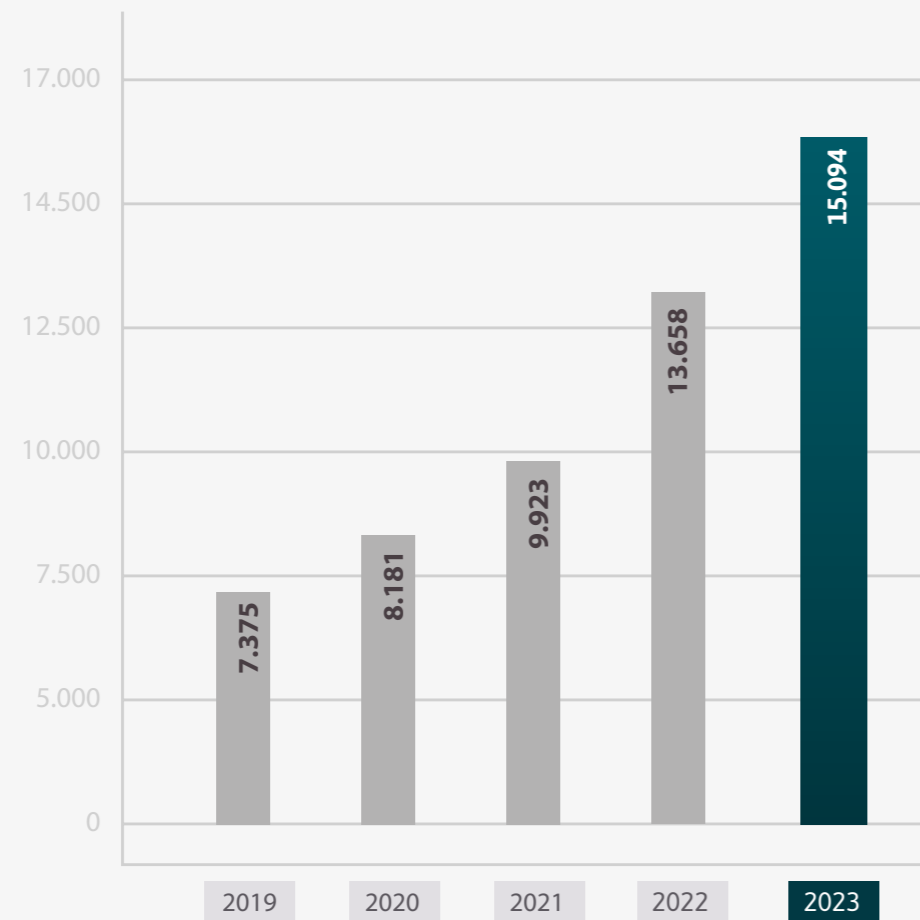


FUNDO DE RESERVA

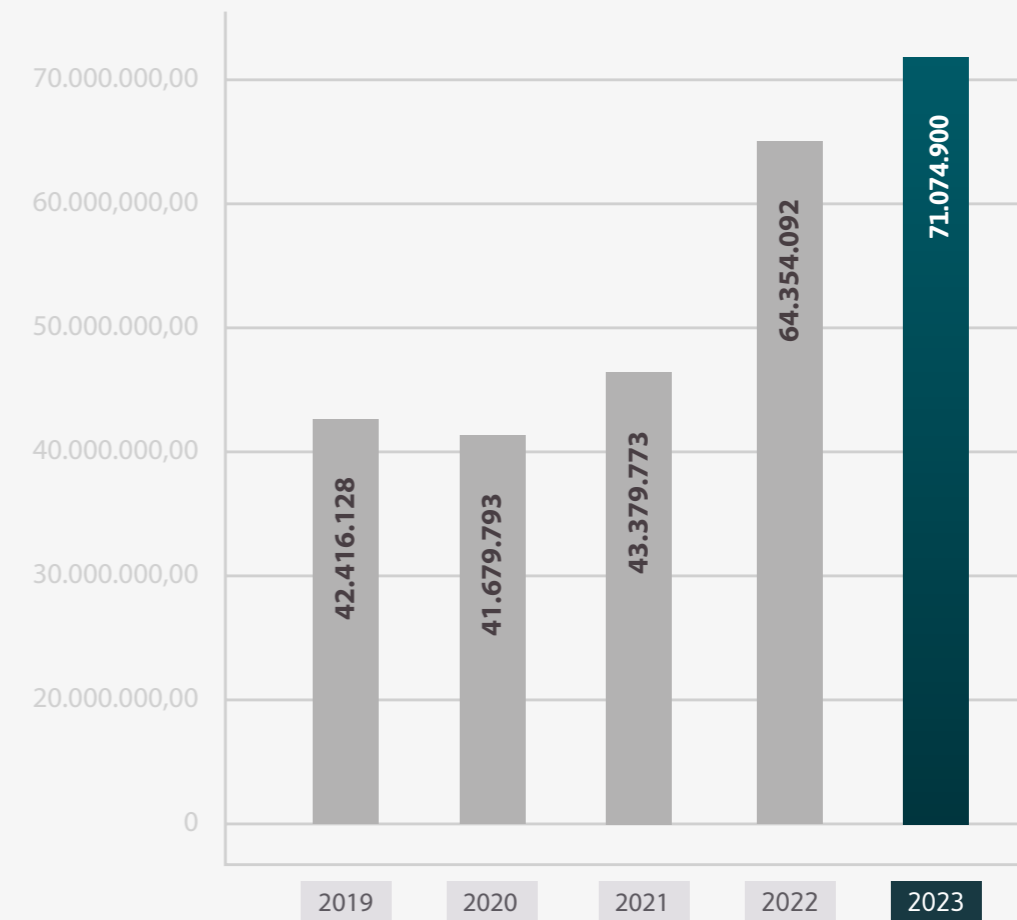




QUADRO SOCIAL

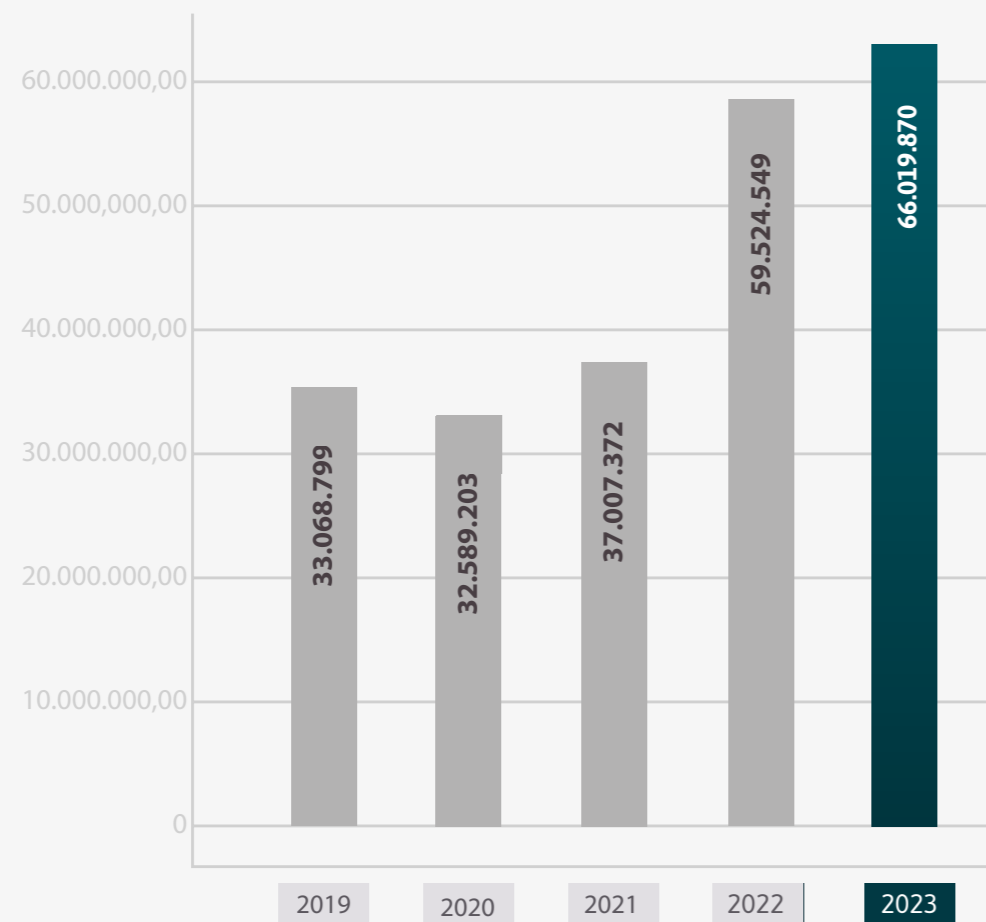


RECEITA

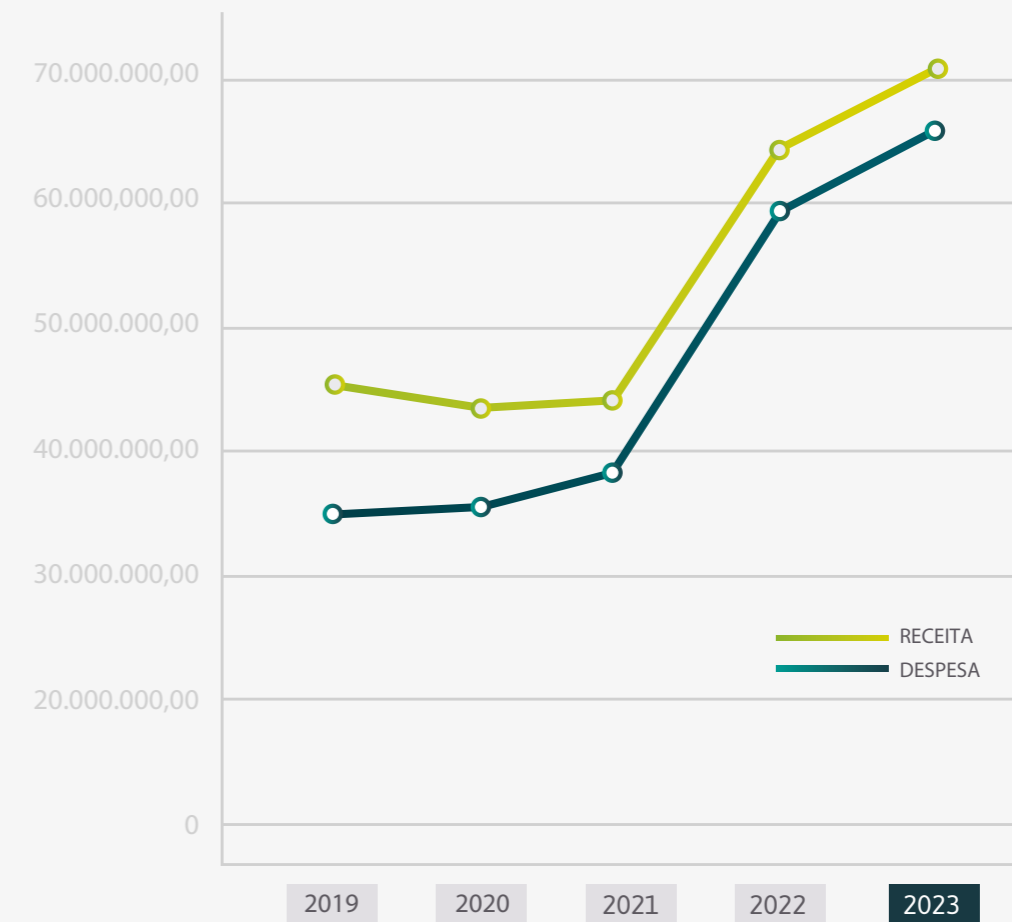




DESPESA

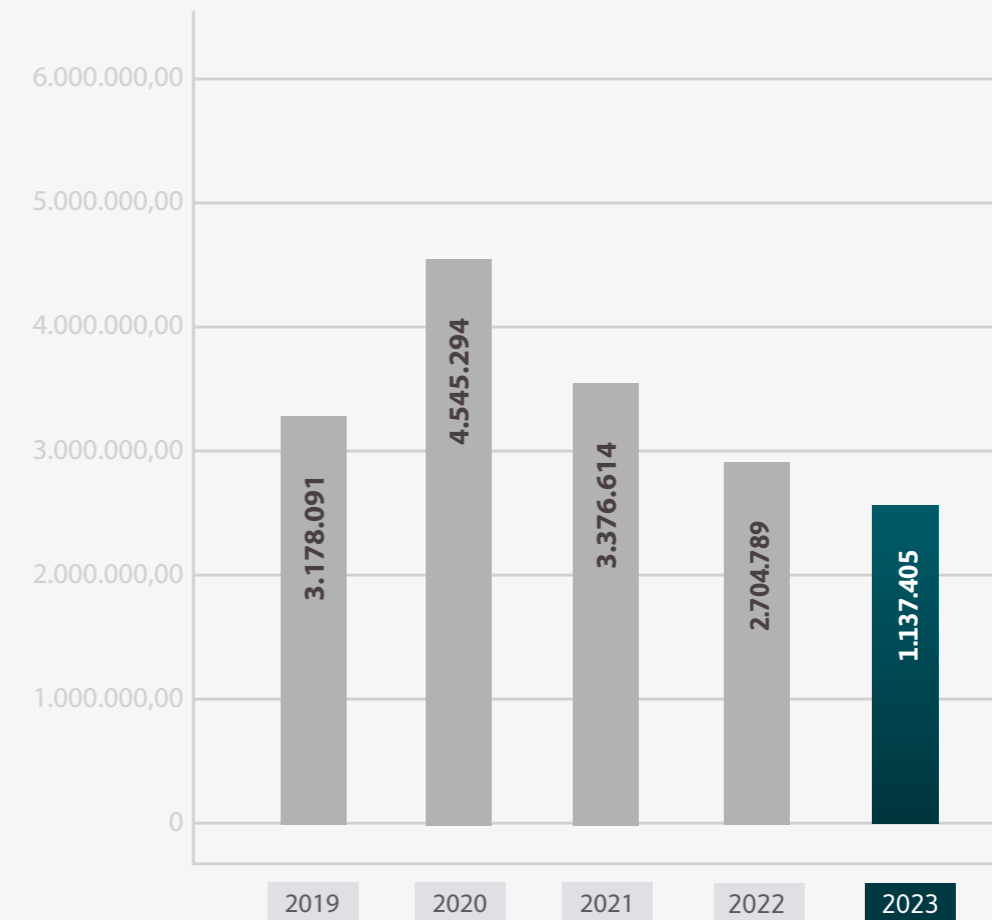


RECEITA X DESPESA



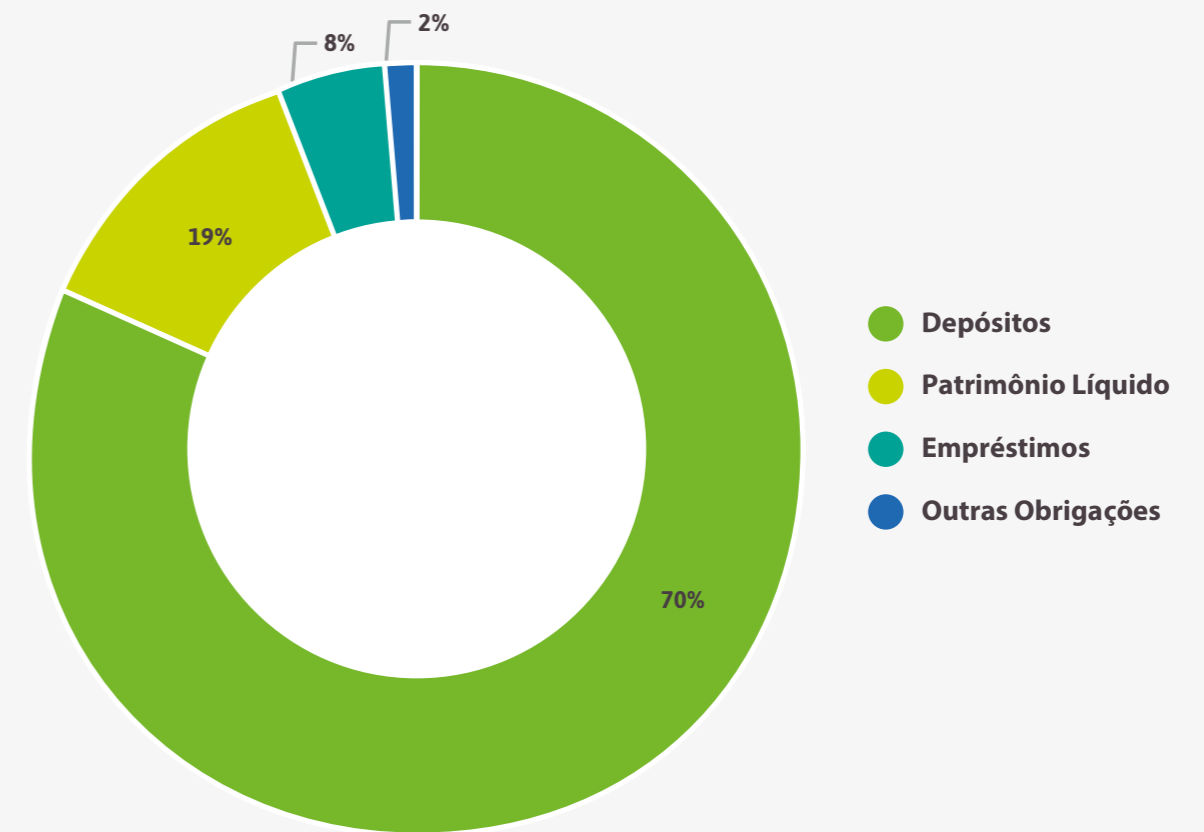
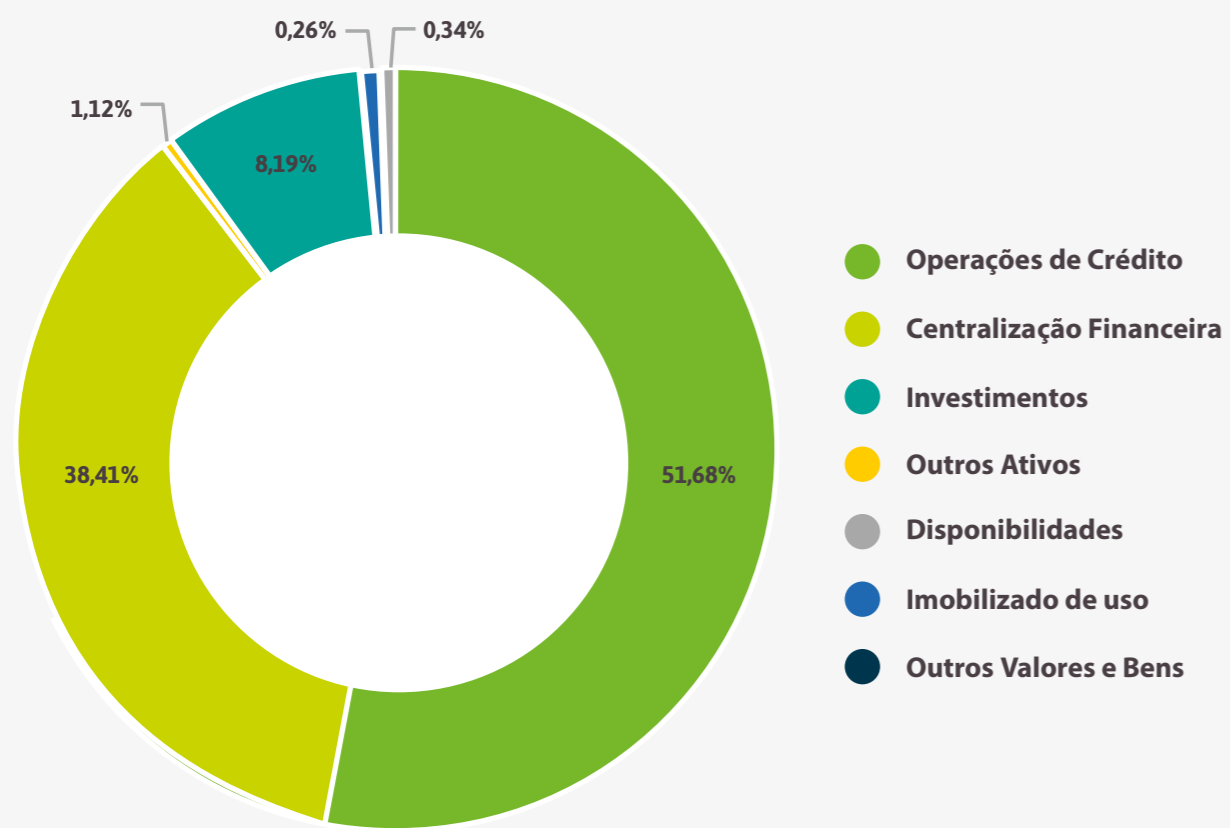


SOBRAS LÍQUIDAS





COMPOSIÇÃO DO PASSIVO



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VALORES EXPRESSOS EM REAIS



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício em 31/12/2022 e 31/12/2023

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		426.014.364,14	394.785.283,02
DISPONIBILIDADES	4	1.433.443,11	1.164.385,29
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		433.553.077,45	399.811.706,10
Títulos e Valores Mobiliários	5	34.902.547,46	33.598.361,22
Relações Interfinanceiras		163.649.580,32	150.598.764,52
Centralização Financeira		163.649.580,32	150.598.764,52
Operações de Crédito	6	230.771.006,11	212.151.465,79
Outros Ativos Financeiros	7	4.229.943,56	3.463.114,57
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(10.617.868,89)	(7.804.313,00)
(-) Operações de Crédito	6.b	(9.371.025,81)	(7.162.806,09)
(-) Outras	7.1	(1.246.843,08)	(641.506,91)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	13.661,10	2.286,45
OUTROS ATIVOS	9	522.918,74	502.674,36
IMOBILIZADO DE USO	10	4.396.756,47	4.279.765,88
INTANGÍVEL	11	501.146,43	433.070,74
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	10 e 11	(3.788.770,27)	(3.604.292,80)
TOTAL DO ATIVO		426.014.364,14	394.785.283,02

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercício em 31/12/2022 e 31/12/2023

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		394.785.283,02	355.226.723,64
DEPÓSITOS	12	351.154.169,47	319.727.101,13
Depósitos à Vista		60.407.123,00	51.277.941,30
Depósitos a Prazo		290.747.046,47	268.449.159,83
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		376.102,98	6.503.797,44
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.a	160.100,62	6.470.922,37
Outros Passivos Financeiros	14	216.002,36	32.875,07
PROVISÕES	15	1.427.055,71	1.046.961,92
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	16	457.721,29	493.836,85
OUTROS PASSIVOS	17	4.093.702,17	5.463.343,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	68.505.612,52	61.550.241,96
CAPITAL SOCIAL		28.809.095,23	21.358.347,13
RESERVAS DE SOBRAS		38.559.112,12	37.487.105,72
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.137.405,17	2.704.789,11
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		426.014.364,14	394.785.283,02

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Exercício em 31/12/2021 e 31/12/2022

	Notas	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		31.006.534,04	60.445.286,59	50.288.795,51
Operações de Crédito	20	21.484.362,35	41.246.057,03	34.106.756,89
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	9.522.171,69	19.199.229,56	16.182.038,62
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	(20.450.590,76)	(40.868.726,24)	(32.807.770,48)
Operações de Captação no Mercado	12.d	(17.035.475,93)	(33.775.343,52)	(26.959.241,57)
Operações de Empréstimos e Repasses	13.b	(11.641,46)	(308.032,93)	(1.636.026,30)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(3.403.473,37)	(6.785.349,79)	(4.212.502,61)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.555.943,28	19.576.560,35	17.481.025,03
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.998.376,42)	(13.867.849,35)	(12.651.619,93)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	22	2.263.015,53	4.079.493,67	2.726.976,04
Rendas de Tarifas	23	146.038,55	214.702,86	150.413,54
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(6.530.991,74)	(12.584.485,37)	(12.889.065,81)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(4.680.378,44)	(9.466.423,81)	(9.553.799,35)
Dispêndios e Despesas Tributárias	26	(60.930,35)	(152.482,38)	(227.645,93)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	5.215.912,27	6.248.068,37	7.959.714,60
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(1.351.042,24)	(2.206.722,69)	(818.213,02)
PROVISÕES	29	(338.334,51)	(445.606,20)	(39.097,41)
Provisões/Reversões para Contingências		(449.917,04)	(532.954,52)	99.015,35
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		111.582,53	87.348,32	(138.112,76)
RESULTADO OPERACIONAL		5.219.232,35	5.263.104,80	4.790.307,69
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30	(76.017,28)	(88.818,25)	424.386,55
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.143.215,07	5.174.286,55	5.214.694,24
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(19.702,62)	(119.256,46)	(385.150,59)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(9.917,36)	(67.062,30)	(226.352,41)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(9.785,26)	(52.194,16)	(158.798,18)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		5.123.512,45	5.055.030,09	4.829.543,65

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício em 31/12/2021 e 31/12/2022

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021		20.185.156,26	(690,00)	34.368.156,46	3.376.614,82	57.929.237,54
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas		0,00	0,00	1.012.984,45	(1.012.984,45)	0,00
Distribuição de sobras para associados		8.548,55	0,00	0,00	(2.363.630,37)	(2.355.081,82)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		2.388.005,01	(31.470,00)	0,00	0,00	2.356.535,01
Por Devolução (-)		(1.191.192,69)	0,00	0,00	0,00	(1.191.192,69)
Estorno de Capital		(10,00)	0,00	0,00	0,00	(10,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	364.828,22	364.828,22
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	4.829.543,65	4.829.543,65
Destinações das Sobras do Período:						
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(233.996,09)	(233.996,09)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(149.621,86)	(149.621,86)
Saldos em 31/12/2022	18	21.390.507,13	(32.160,00)	37.487.105,72	2.704.789,11	61.550.241,96
Saldos em 31/12/2022		21.390.507,13	(32.160,00)	37.487.105,72	2.704.789,11	61.550.241,96
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	(108.191,56)	(108.191,56)
Distribuição de sobras para associados		999.993,07	0,00	0,00	(2.596.597,55)	(1.596.604,48)
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	48.341,74	0,00	48.341,74
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		4.815.018,28	(134.610,00)	0,00	0,00	4.680.408,28
Por Devolução (-)		(1.238.103,52)	0,00	0,00	0,00	(1.238.103,52)
Estorno de Capital		(30,00)	0,00	0,00	0,00	(30,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	282.163,17	282.163,17
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	5.055.030,09	5.055.030,09
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(3.062.382,91)	(3.062.382,91)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.008.480,27	0,00	0,00	0,00	3.008.480,27
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	1.023.664,66	(1.023.664,66)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(113.740,52)	(113.740,52)
Saldos em 31/12/2023	18	28.975.865,23	(166.770,00)	38.559.112,12	1.137.405,17	68.505.612,52
Saldos em 30/06/2023		23.146.531,59	(88.410,00)	37.487.105,72	2.528.115,19	63.073.342,50
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		999.993,07	0,00	0,00	(2.596.597,55)	(1.596.604,48)
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	48.341,74	0,00	48.341,74
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		2.678.603,51	(78.360,00)	0,00	0,00	2.600.243,51
Por Devolução (-)		(857.743,21)	0,00	0,00	0,00	(857.743,21)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	282.163,17	282.163,17
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	5.123.512,45	5.123.512,45
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(3.062.382,91)	(3.062.382,91)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.008.480,27	0,00	0,00	0,00	3.008.480,27
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	1.023.664,66	(1.023.664,66)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(113.740,52)	(113.740,52)
Saldos em 31/12/2023	18	28.975.865,23	(166.770,00)	38.559.112,12	1.137.405,17	68.505.612,52



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício em 31/12/2021 e 31/12/2022

	Notas	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.143.215,07	5.174.286,55	5.214.694,24
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(4.242.274,46)	(4.242.274,46)	(3.545.993,29)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	(61.911,78)	(2.637.184,11)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	21	3.403.473,37	6.785.349,79	4.212.502,61
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	29	(111.582,53)	(87.348,32)	138.112,76
Provisões/Reversões para Contingências	29	449.917,04	532.954,52	(99.015,35)
Atualização de Depósitos em Garantia	27	(37.242,68)	(72.280,16)	(50.951,21)
Depreciações e Amortizações	25	212.173,84	474.719,89	604.467,62
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		4.817.679,65	8.503.496,03	3.836.633,27
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Operações de Crédito		(5.269.079,92)	(21.701.872,48)	(13.434.871,50)
Outros Ativos Financeiros		(470.561,66)	(1.584.010,57)	(1.810.237,66)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(4.621,97)	(11.374,65)	19.974,99
Outros Ativos		278.866,72	(20.244,38)	(191.300,21)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		2.273.308,54	9.129.181,70	11.476.240,03
Depósitos a Prazo		8.070.869,12	22.297.886,64	38.976.898,00
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(64.338,91)	(6.310.821,75)	(14.644.995,63)
Outros Passivos Financeiros		106.874,77	183.127,29	(28.157,43)
Provisões		(65.512,41)	(65.512,41)	(141.487,32)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(41.696,39)	31.383,78	37.053,02
Outros Passivos		(3.435.107,71)	(4.432.024,46)	179.182,69
FATES - Atos Cooperativos		(113.740,52)	(113.740,52)	(233.996,09)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	(149.621,86)
Outras Destinações		-	(108.191,56)	-
Reversão/Realização de Fundos		282.163,17	282.163,17	364.828,22
Imposto de Renda Pago		(25.544,21)	(103.632,32)	(196.353,26)
Contribuição Social Pago		(23.942,97)	(83.123,48)	(145.073,14)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.315.615,30	5.892.690,03	23.914.716,12
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	61.911,78	2.637.184,11
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		4.242.274,46	4.242.274,46	3.545.993,29
Aquisição de Intangível		(87.790,00)	(87.790,00)	(37.664,33)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(300.140,40)	(387.518,70)	181.347,34
Aquisição de Investimentos		(1.242.274,46)	(1.304.186,24)	(6.960.952,78)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		2.612.069,60	2.524.691,30	(634.092,37)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		2.600.243,51	4.680.408,28	2.356.535,01
Devolução de Capital aos Cooperados		(857.743,21)	(1.238.103,52)	(1.191.192,69)
Estorno de Capital		-	(30,00)	(10,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		(1.596.604,48)	(1.596.604,48)	(2.355.081,82)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.008.480,27	3.008.480,27	-
Outros Eventos/Reservas		48.341,74	48.341,74	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		3.202.717,83	4.902.492,29	(1.189.749,50)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		12.130.402,73	13.319.873,62	22.090.874,25
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	152.952.620,70	151.763.149,81	129.672.275,56
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	165.083.023,43	165.083.023,43	151.763.149,81
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		12.130.402,73	13.319.873,62	22.090.874,25

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercício em 31/12/2022 e 31/12/2023

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		5.123.512,45	5.055.030,09	4.829.543,65
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		5.123.512,45	5.055.030,09	4.829.543,65

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

VALORES EXPRESSOS EM REAIS



1. Contexto Operacional

A Cooperativa DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LTDA, doravante denominado SICOOB CREDIJUSTRÁ, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 13/12/1991, filiada à Cooperativa CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA – SICOOB NOVA CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIJUSTRÁ, sediado à SCS QUADRA 2 BLOCO D LOTE 81, Nº 401, ASA SUL, BRASÍLIA - DF, possui: 13 Postos de Atendimento (PAs), 1 Postos de Atendimentos Eletrônicos nas seguintes localidades: BRASÍLIA - DF, BELÉM - PA, FLORIANÓPOLIS - SC, PORTO ALEGRE - RS, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB CREDIJUSTRÁ tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consoante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos

contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 19/02/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em

consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;

iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

- Fase 1 - Avaliação (2022): Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

- Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

- Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

- Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

- Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

- Fase 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

- Requerimentos de classificação: determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).

- Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais: reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.

- Mensuração subsequente: novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.

- Reconhecimento e mensuração do produto câmbio: deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.

- Perdas esperadas: a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.

- Disposições transitórias: serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, Cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do

Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as Cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas Cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIJUSTRA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	1.433.443,11	1.164.385,29
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	163.649.580,32	150.598.764,52
TOTAL	165.083.023,43	151.763.149,81

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB NOVA CENTRAL como determinado no art. 17, da Resolução CMN n° 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

DESCRIÇÃO	2° SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos da Centralização Financeira	9.522.171,69	19.199.229,56	16.182.038,62

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	34.902.547,46	34.902.547,46	33.598.361,22	-	33.598.361,22
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE Cooperativas E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	34.902.547,46	34.902.547,46	33.598.361,22	-	33.598.361,22
TOTAL	-	34.902.547,46	34.902.547,46	33.598.361,22	-	33.598.361,22

(a) Referem-se a saldos de participações de Cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN n° 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB n° 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Empréstimos e Títulos Descontados	37.541.928,79	187.126.897,91	224.668.826,70	34.985.736,35	172.409.245,27	207.394.981,62
Financiamentos	1.287.019,30	4.815.160,11	6.102.179,41	988.168,14	3.768.316,03	4.756.484,17
Total de Operações de Crédito	38.828.948,09	191.942.058,02	230.771.006,11	35.973.904,49	176.177.561,30	212.151.465,79
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.611.848,26)	(6.759.177,55)	(9.371.025,81)	(1.865.542,88)	(5.297.263,21)	(7.162.806,09)
TOTAL	36.217.099,83	185.182.880,47	221.399.980,30	34.108.361,61	170.880.298,09	204.988.659,70

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999:

NÍVEL / PERCENTUAL	EMPRÉSTIMO / TD	FINACIA-AMENTOS	TOTAL EM 31/12/2022	PROVISÕES 31/12/2022	TOTAL EM 31/12/2021	PROVISÕES 31/12/2021		
							AA	-
A	0,5%	Normal	77.339.725,90	586.754,46	77.926.480,36	(389.632,90)	70.783.035,39	(353.915,78)
B	1%	Normal	33.191.932,81	2.841.422,84	36.033.355,65	(360.334,03)	44.287.590,36	(442.876,10)
B	1%	Vencidas	607.470,63	-	607.470,63	(6.074,71)	1.604.752,25	(16.047,52)
C	3%	Normal	30.148.395,79	2.249.477,60	32.397.873,39	(971.936,20)	24.734.423,06	(742.033,12)
C	3%	Vencidas	972.480,44	-	972.480,44	(29.174,41)	945.670,82	(28.370,12)
D	10%	Normal	4.747.289,86	178.832,10	4.926.121,96	(492.612,20)	4.769.457,88	(476.945,79)
D	10%	Vencidas	1.494.505,17	-	1.494.505,17	(149.450,52)	1.239.592,30	(123.959,23)
E	30%	Normal	819.192,03	34.229,23	853.421,26	(256.026,38)	1.140.842,10	(342.252,63)
E	30%	Vencidas	1.579.636,15	-	1.579.636,15	(473.890,85)	739.498,38	(221.849,51)
F	50%	Normal	681.537,92	4.866,39	686.404,31	(343.202,16)	809.795,86	(404.897,93)
F	50%	Vencidas	1.903.988,48	6.991,75	1.910.980,23	(955.490,12)	2.010.815,30	(1.005.407,65)
G	70%	Normal	162.280,94	-	162.280,94	(113.596,66)	352.859,75	(247.001,83)
G	70%	Vencidas	1.069.048,63	-	1.069.048,63	(748.334,04)	913.006,79	(639.104,75)
H	100%	Normal	1.516.960,30	-	1.516.960,30	(1.516.960,30)	1.181.048,09	(1.181.048,09)
H	100%	Vencidas	2.564.310,33	-	2.564.310,33	(2.564.310,33)	937.096,04	(937.096,04)
Total Normal			214.477.386,87	6.095.187,66	220.572.574,53	(4.444.300,83)	203.761.033,91	(4.190.971,27)
Total Vencidos			10.191.439,83	6.991,75	10.198.431,58	(4.926.724,98)	8.390.431,88	(2.971.834,82)
Total Geral			224.668.826,70	6.102.179,41	230.771.006,11	(9.371.025,81)	212.151.465,79	(7.162.806,09)
Provisões			(9.238.112,40)	(132.913,41)	(9.371.025,81)		(7.162.806,09)	
Total Líquido			215.430.714,30	5.969.266,00	221.399.980,30		204.988.659,70	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

TIPO	ATÉ 90	DE 91 A 360	ACIMA DE 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	13.064.571,76	24.477.357,03	187.126.897,91	224.668.826,70	207.394.981,62
Financiamentos	340.814,08	946.205,22	4.815.160,11	6.102.179,41	4.756.484,17
TOTAL	13.405.385,84	25.423.562,25	191.942.058,02	230.771.006,11	212.151.465,79

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS/TD	FINANCIAMENTO	% DA CARTEIRA	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado - Serviços	2.636.875,63	5.075.267,05	3,34%	7.712.142,68	5.427.766,56
Pessoa Física	222.029.768,13	1.026.912,36	96,66%	223.056.680,49	206.710.251,47
Outros	2.182,94	-	-	2.182,94	13.447,76
TOTAL	224.668.826,70	6.102.179,41	100,00%	230.771.006,11	212.151.465,79

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	7.162.806,09	4.850.918,32
Constituições/ Reversões no período	5.292.114,44	3.424.950,47
Transferência para prejuízo no período	(3.083.894,72)	(1.113.062,70)
Saldo Final	9.371.025,81	7.162.806,09

f) Concentração dos principais devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2022	% CARTEIRA TOTAL
Maior Devedor	889.773,51	0,36%	567.041,45	0,27%
10 Maiores Devedores	5.269.912,01	2,14%	4.755.289,51	2,13%
50 Maiores Devedores	20.949.512,37	9,01%	19.988.353,35	9,39%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	10.474.999,97	9.714.221,78
Valor das operações recuperadas no período	3.971.793,90	1.428.005,25
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(569.016,90)	(436.760,57)
Valor das operações renegociadas no período	(467.298,90)	(154.676,54)
Valor das operações transferidas no período	(44.373,12)	(75.789,95)
Saldo Final	13.366.104,95	10.474.999,97

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas no exercício de 2023 totalizaram R\$ 17.866.635,28.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.688.939,15	-	1.688.939,15	842.160,74	-	842.160,74
Rendas a Receber (b)	1.852.523,21	-	1.852.523,21	1.940.138,53	-	1.940.138,53
Títulos e Créditos a Receber (c)	147.004,62	-	147.004,62	137.133,52	-	137.133,52
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	541.476,58	541.476,58	-	543.681,78	543.681,78
TOTAL	3.688.466,98	541.476,58	4.229.943,56	2.919.432,79	543.681,78	3.463.114,57

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Rendas de Convênios	10.115,38	-	10.115,38	9.454,73	-	9.454,73
Rendas de Cartões	350.927,34	-	350.927,34	228.149,64	-	228.149,64
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	1.473.443,98	-	1.473.443,98	1.686.477,15	-	1.686.477,15
Rendas de Domicílio Bancário	1.957,41	-	1.957,41	-	-	-
Rendas de Poupança	9.067,22	-	9.067,22	6.451,87	-	6.451,87
Rendas de Transações Interfinanceiras	7.011,88	-	7.011,88	9.605,14	-	9.605,14
TOTAL	1.852.523,21	-	1.852.523,21	1.940.138,53	-	1.940.138,53

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 17.650,50); outros (R\$ 127.243,02) e Aluguel SIPAG 2.0 (R\$ 2.111,10);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Pis	-	121.880,03	121.880,03	-	123.550,37	123.550,37
Cofins	-	419.596,55	419.596,55	-	420.131,41	420.131,41
TOTAL	-	541.476,58	541.476,58	-	543.681,78	543.681,78

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.246.843,08)	-	(1.246.843,08)	(641.506,91)	-	(641.506,91)
TOTAL	(1.246.843,08)	-	(1.246.843,08)	(641.506,91)	-	(641.506,91)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

NÍVEL / PERCENTUAL DE RISCO / SITUAÇÃO	AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	TOTAL EM 31/12/2023	PROVISÕES 31/12/2023	TOTAL EM 30/12/2022	PROVISÕES 30/12/2022		
						E	30%
E	30%	Vencidas	356.567,32	356.567,32	(106.970,20)	130.500,26	(39.150,19)
F	50%	Normal	10.890,73	10.890,73	(5.445,37)	-	-
F	50%	Vencidas	214.426,14	214.426,14	(107.213,07)	150.415,82	(75.207,91)
G	70%	Vencidas	103.800,17	103.800,17	(72.660,12)	113.652,82	(79.556,97)
H	100%	Normal	1.007,64	1.007,64	(1.007,64)	-	-
H	100%	Vencidas	932.674,81	932.674,81	(932.674,81)	447.591,84	(447.591,84)
Total Normal		81.470,71	81.470,71	(27.324,88)	-	-	
Total Vencidos		1.607.468,44	1.607.468,44	(1.219.518,20)	842.160,74	(641.506,91)	
Total Geral		1.688.939,15	1.688.939,15	(1.246.843,08)	842.160,74	(641.506,91)	
Provisões		(1.246.843,08)	(1.246.843,08)		(641.506,91)		
Total Líquido		442.096,07	442.096,07		200.653,83		

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Impostos e Contribuições a Compensar	13.661,10	-	13.661,10	2.286,45	-	2.286,45
TOTAL	13.661,10	-	13.661,10	2.286,45	-	2.286,45

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: Saldo Negativo De IRPJ – Exercícios Anteriores (R\$ 3.164,41); Outros impostos e contribuições a compensar (R\$ 10.496,69).

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Adiantamentos e Antecipações Salariais	17.286,56	-	17.286,56	23.132,17	-	23.132,17
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	291.294,16	-	291.294,16	5.687,99	-	5.687,99
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	64.476,55	-	64.476,55	241.459,39	-	241.459,39
Devedores Diversos – País (a)	123.798,68	-	123.798,68	63.785,09	-	63.785,09
Material em Estoque	-	-	-	6.797,00	-	6.797,00
Despesas Antecipadas (b)	26.062,79	-	26.062,79	161.812,72	-	161.812,72
TOTAL	522.918,74	-	522.918,74	502.674,36	-	502.674,36

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Pendências a Regularizar	81.760,30	-	81.760,30	54.838,24	-	54.838,24
Seguros Contratados a Receber	5.398,19	-	5.398,19	1.883,40	-	1.883,40
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	27.144,32	-	27.144,32	572,26	-	572,26
Diferença de Caixa	101,70	-	101,70	3,65	-	3,65
Estoque de Pontos	362,79	-	362,79	-	-	-
Pendências Avais	7.139,62	-	7.139,62	4.595,78	-	4.595,78
Outros Devedores Diversos	1.891,76	-	1.891,76	1.891,76	-	1.891,76
TOTAL	123.798,68	-	123.798,68	63.785,09	-	63.785,09

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	TAXA DEPRECIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso (a)		233.390,15	21.034,95
Instalações	10%	38.570,00	189.321,36
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.022.454,36	1.075.553,22
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.131.158,41	1.128.230,86
Sistema de Segurança	10%	150.715,15	204.262,45
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.820.468,40	1.661.363,04
Total de Imobilizado de Uso		4.396.756,47	4.279.765,88
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(26.973,42)	(122.097,32)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.685.197,66)	(1.736.933,71)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.688.171,62)	(1.359.349,22)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(3.400.342,70)	(3.218.380,25)
TOTAL		996.413,77	1.061.385,63

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	TAXA DE AMORTIZAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	501.146,43	433.070,74
Intangível		501.146,43	433.070,74
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(388.427,57)	(385.912,55)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(388.427,57)	(385.912,55)
TOTAL		112.718,86	47.158,19

12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Depósito à Vista (a)	60.407.123,00	-	60.407.123,00	51.277.941,30	-	51.277.941,30
Depósito a Prazo (b)	280.764.257,00	9.982.789,47	290.747.046,47	268.128.052,98	321.106,85	268.449.159,83
TOTAL	341.171.380,00	9.982.789,47	351.154.169,47	319.405.994,28	321.106,85	319.727.101,13

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2022	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	24.160.421,17	7,07%	25.370.676,74	8,11%
10 Maiores Depositantes	70.393.447,92	20,61%	66.430.511,57	21,24%
50 Maiores Depositantes	129.329.909,91	37,87%	119.864.459,30	38,32%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos a Prazo	(16.779.135,46)	(33.272.304,64)	(26.523.237,60)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(256.340,47)	(503.038,88)	(436.003,97)
TOTAL	(17.035.475,93)	(33.775.343,52)	(26.959.241,57)

13. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

INSTITUIÇÕES	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Cooperativa Central	-	160.100,62	160.100,62	6.470.922,37	-	6.470.922,37
TOTAL	-	160.100,62	160.100,62	6.470.922,37	-	6.470.922,37

As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimento até 25/04/2025.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Cooperativa Central	(11.641,46)	(308.032,93)	(1.636.026,30)
TOTAL	(11.641,46)	(308.032,93)	(1.636.026,30)

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	79.613,86	-	79.613,86	1.252,55	-	1.252,55
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	73.233,62	-	73.233,62	-	-	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	63.154,88	-	63.154,88	31.622,52	-	31.622,52
TOTAL	216.002,36	-	216.002,36	32.875,07	-	32.875,07

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Cobrança de Terceiros em Trânsito	134,10	-	134,10	1.172,65	-	1.172,65
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	79.479,76	-	79.479,76	79,90	-	79,90
TOTAL	79.613,86	-	79.613,86	1.252,55	-	1.252,55

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Operações de Crédito - IOF	44.738,28	-	44.738,28	30.427,17	-	30.427,17
Federais	17.482,94	-	17.482,94	-	-	-
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	933,66	-	933,66	1.195,35	-	1.195,35
TOTAL	63.154,88	-	63.154,88	31.622,52	-	31.622,52

15. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	295.378,34	7.948,59	303.326,93	376.356,22	14.319,03	390.675,25
Provisão Para Contingências (b)	-	1.123.728,78	1.123.728,78	-	656.286,67	656.286,67
TOTAL	295.378,34	1.131.677,37	1.427.055,71	376.356,22	670.605,70	1.046.961,92

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	19.566.442,42	20.245.523,27
TOTAL	19.566.442,42	20.245.523,27

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS
PIS	121.880,03	121.880,03	123.550,37	123.550,37
COFINS	419.596,55	419.596,55	420.131,41	420.131,41
Cíveis	523.679,35	-	45.498,01	-
Outras Contingências	58.572,85	-	67.106,88	-
TOTAL	1.123.728,78	541.476,58	656.286,67	543.681,78

b.1) Movimentação das Provisões para Contingências

DESCRIÇÃO	CÍVEL	TRIBUTÁRIO	OUTRAS CONTINGÊNCIAS	TOTAL
Saldo em 01 janeiro de 2022	-	492.730,57	404.058,77	896.789,34
Constituição da provisão	45.498,01	-	-	45.498,01
Reversão da provisão	-	-	(404.058,77)	(404.058,77)
Atualização durante o exercício	-	50.921,21	67.106,88	118.028,09
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.498,01	543.681,78	67.106,88	656.286,67
Saldo em 01 janeiro de 2023	45.498,01	543.681,78	-	589.179,79
Constituição da provisão	478.181,34	-	23.567,11	501.748,45
Reversão da provisão	-	(37.242,68)	(32.101,14)	(69.343,82)
Atualização durante o exercício	-	35.037,48	-	35.037,48
Saldo em 31 de dezembro de 2023	523.679,35	541.476,58	58.572,85	1.123.728,78

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIJUSTRA, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 5.181.483,72 (em 2022 totalizando R\$ 2.994.225,71). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

16. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	-	-	-	67.499,34	-	67.499,34
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	27.647,46	-	27.647,46	8.060,91	-	8.060,91
Impostos e Contribuições sobre Salários	350.987,68	-	350.987,68	340.715,05	-	340.715,05
Outros (a)	79.086,15	-	79.086,15	77.561,55	-	77.561,55
TOTAL	457.721,29	-	457.721,29	493.836,85	-	493.836,85

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
IRRF sobre aplicações financeiras	58.486,47	-	58.486,47	69.739,11	-	69.739,11
ISSQN a recolher	4.254,97	-	4.254,97	2.415,09	-	2.415,09
PIS faturamento a recolher	-	-	-	748,61	-	748,61
COFINS a recolher	-	-	-	4.658,74	-	4.658,74
IRRF sobre juros ao capital	16.344,71	-	16.344,71	-	-	-
TOTAL	79.086,15	-	79.086,15	77.561,55	-	77.561,55

17. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Sociais e Estatutárias (a)	1.281.570,31	-	1.281.570,31	1.420.213,71	-	1.420.213,71
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	67.619,57	-	67.619,57	100.395,76	-	100.395,76
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.324.445,80	-	1.324.445,80	1.167.342,81	-	1.167.342,81
Credores Diversos – País (d)	1.420.066,49	-	1.420.066,49	2.775.391,44	-	2.775.391,44
TOTAL	4.093.702,17	-	4.093.702,17	5.463.343,72	-	5.463.343,72

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	551.604,50	-	551.604,50	522.065,43	-	522.065,43
Fundos Voluntários	240,18	-	240,18	-	-	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	729.725,63	-	729.725,63	898.148,28	-	898.148,28
TOTAL	1.281.570,31	-	1.281.570,31	1.420.213,71	-	1.420.213,71

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Despesas de Pessoal	988.547,78	-	988.547,78	992.241,38	-	992.241,38
Custos de Transações Interfinanceiras	19.216,47	-	19.216,47	23.168,84	-	23.168,84
Seguro Prestamista	37.013,16	-	37.013,16	45.212,41	-	45.212,41
Despesas com Cartões	173.444,63	-	173.444,63	61.082,63	-	61.082,63
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	3.689,89	-	3.689,89	-	-	-
Manutenção e Conservação de Bens	801,60	-	801,60	4.464,77	-	4.464,77
Transporte	6.117,43	-	6.117,43	7.766,87	-	7.766,87
Seguro	-	-	-	6.664,60	-	6.664,60
Compensação	8.568,95	-	8.568,95	6.135,52	-	6.135,52
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	87.045,89	-	87.045,89	20.605,79	-	20.605,79
TOTAL	1.324.445,80	-	1.324.445,80	1.167.342,81	-	1.167.342,81

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	34.058,72	-	34.058,72	11.395,53	-	11.395,53
Valores a Repassar à Cooperativa Central	192.900,77	-	192.900,77	208.421,60	-	208.421,60
Saldo Credores - Encerramento C/C	360.971,14	-	360.971,14	366.330,41	-	366.330,41
Diferença de Caixa	413,41	-	413,41	36,90	-	36,90
Créditos de Terceiros	574.407,27	-	574.407,27	625.513,12	-	625.513,12
Pendências a Regularizar	166.272,05	-	166.272,05	1.528.195,84	-	1.528.195,84
Proagro a Repassar	5.286,19	-	5.286,19	-	-	-
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	20.952,72	-	20.952,72	24.208,38	-	24.208,38
Outros Credores Diversos - País	64.804,22	-	64.804,22	11.289,66	-	11.289,66
TOTAL	1.420.066,49	-	1.420.066,49	2.775.391,44	-	2.775.391,44

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	28.809.095,23	21.358.347,13
Capital Subscrito	21.390.507,13	28.975.865,23
Capital a Realizar	(32.160,00)	(166.770,00)
Quantidade de Cooperados	15.093	13.658

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2023 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da Cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 48.341,74.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de “Outros Eventos/Reservas”.

c) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2023 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da seguinte forma, o valor de R\$ 108.191,56 para o Fundo PPR; o valor de R\$ 1.000.000,00 para Conta Capital e o valor de R\$ 1.596.597,55 para Conta Corrente.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Sobras do exercício	1.992.647,18	4.829.543,65
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(282.163,17)	(149.621,86)
Base de cálculo das destinações	2.274.810,35	4.679.921,79
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(1.023.664,66)	(2.105.964,81)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (b)	(113.740,52)	(233.996,09)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	-	364.828,22
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.137.405,17	2.704.789,11

a) 45 % para o Fundo de Reserva, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ 3.062.382,91. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	1.022.357,19	1.321.469,22
Despesas específicas de atos não cooperativos	(306.579,10)	(260.832,08)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(294.347,11)	(451.947,31)
Resultado operacional	421.430,98	608.689,83
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(88.818,25)	424.386,55
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	332.612,73	1.033.076,38
IRPJ/CSLL	(119.256,46)	(385.150,59)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e 145/16 (a)	(624.549,13)	(498.303,93)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(411.192,86)	149.621,86

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela Cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da Cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

20. Receitas de Operações de Crédito

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos a Prazo	(15.422.571,61)	(26.523.237,60)	(9.529.181,55)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(228.663,15)	(436.003,97)	(383.157,35)
TOTAL	(15.651.234,76)	(26.959.241,57)	(9.912.338,90)

21. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(17.035.475,93)	(33.775.343,52)	(26.959.241,57)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(11.641,46)	(308.032,93)	(1.636.026,30)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(3.403.473,37)	(6.785.349,79)	(4.212.502,61)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.184.415,17	2.317.945,08	1.943.303,20
Reversões de Provisões para Outros Créditos	85.228,69	190.079,82	94.525,02
Provisões para Operações de Crédito	(3.739.800,81)	(7.608.496,96)	(5.367.812,98)
Provisões para Outros Créditos	(933.316,42)	(1.684.877,73)	(882.517,85)
TOTAL	(20.450.590,76)	(40.868.726,24)	(32.807.770,48)

22. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	521.419,13	1.017.782,18	898.390,75
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	1.009.609,20	1.482.721,69	-
Rendas de Convênios	36.052,89	73.122,17	76.304,05
Rendas de Comissão	380.193,69	808.434,66	811.014,62
Rendas de Credenciamento	-	305,10	898,09
Rendas de Cartões	268.683,97	604.818,58	821.441,47
Rendas de Outros Serviços	46.984,39	92.237,03	118.927,06
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	72,26	72,26	-
TOTAL	2.263.015,53	4.079.493,67	2.726.976,04

a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as Cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as Cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

23. Rendas de Tarifas

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	9.036,00	17.299,00	4.148,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	66.485,90	118.872,70	123.072,15
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	70.516,65	78.531,16	23.193,39
TOTAL	146.038,55	214.702,86	150.413,54

24. Dispêndios e Despesas de Pessoal

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(63.000,00)	(126.000,00)	(126.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(694.087,48)	(1.410.341,00)	(1.455.929,85)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.112.440,72)	(3.984.551,39)	(4.018.979,14)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(958.776,88)	(1.911.010,66)	(2.095.539,53)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.602.956,25)	(4.958.425,21)	(5.023.393,94)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.516,40)	(2.516,40)	(4.903,04)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(97.214,01)	(191.640,71)	(164.320,31)
TOTAL	(6.530.991,74)	(12.584.485,37)	(12.889.065,81)

25. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(45.014,29)	(99.828,30)	(110.569,52)
Despesas de Aluguéis	(384.193,66)	(762.565,99)	(767.624,92)
Despesas de Comunicações	(265.735,85)	(485.022,84)	(389.842,27)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(93.873,71)	(179.043,63)	(134.925,85)
Despesas de Material	(22.342,56)	(59.656,76)	(51.847,92)
Despesas de Processamento de Dados	(655.327,03)	(1.309.001,73)	(1.364.987,01)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(125.285,74)	(147.692,07)	(94.685,40)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(15.218,00)	(54.672,45)	(206.969,58)
Despesas de Publicações	-	-	(8.263,44)
Despesas de Seguros	(19.161,04)	(44.921,26)	(28.700,47)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(895.458,61)	(1.878.026,42)	(1.939.578,35)
Despesas de Serviços de Terceiros	(153.106,60)	(279.287,23)	(212.322,33)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(152.235,86)	(287.310,24)	(322.739,53)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(187.367,74)	(287.389,99)	(269.947,24)
Despesas de Transporte	(83.517,66)	(174.806,46)	(179.613,50)
Despesas de Viagem no País	(64.628,96)	(88.427,09)	(21.336,74)
Despesas de Depreciação/Amortização	(212.173,84)	(474.719,89)	(604.467,62)
Outras Despesas Administrativas (a)	(1.305.737,29)	(2.854.051,46)	(2.845.377,66)
TOTAL	(4.680.378,44)	(9.466.423,81)	(9.553.799,35)

26. Dispêndios e Despesas Tributárias

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(15.986,25)	(49.615,44)	(49.002,43)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(21.031,81)	(50.941,32)	(65.996,13)
Despesas de Contribuição ao COFINS	-	(4.018,07)	(52.858,79)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(23.912,29)	(47.907,55)	(59.788,58)
TOTAL	(60.930,35)	(152.482,38)	(227.645,93)

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	106.909,01	170.367,34	145.798,68
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	-	155,00
Distribuição de sobras da central	-	61.911,78	2.637.184,11
Atualização depósitos judiciais	37.242,68	72.280,16	50.951,21
Outras rendas operacionais	11.718,72	16.949,35	10.974,90
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	817.767,40	1.684.285,28	1.568.657,41
Juros ao Capital Recebidos da Central	4.242.274,46	4.242.274,46	3.545.993,29
TOTAL	5.215.912,27	6.248.068,37	7.959.714,60

28. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	-	-	(17.377,42)
Outras Despesas Operacionais	(257.464,39)	(537.816,92)	(375.726,37)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(914.128,26)	(1.335.255,40)	-
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(13.599,00)	(22.798,00)	(7.310,50)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(4.625,10)	(10.380,03)	(42.847,75)
Perdas - Fraudes Externas	-	(16.334,19)	(5.426,48)
Perdas - Práticas Inadequadas	(500,00)	(500,00)	(1.218,66)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-	-	(1.801,85)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(1.474,98)	(175,77)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(160.725,49)	(282.163,17)	(364.828,22)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	-	-	(1.500,00)
TOTAL	(1.351.042,24)	(2.206.722,69)	(818.213,02)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 22(a).

29. Despesas com Provisões

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	(449.917,04)	(532.954,52)	99.015,35
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(10.000,00)	(10.000,00)	(69.341,43)
Provisões para Demandas Trabalhistas	-	-	(140.500,00)
Provisões para Contingências	(448.889,99)	(531.927,47)	(79.071,80)
Reversões de Provisões para Contingências	8.972,95	8.972,95	387.928,58
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	111.582,53	87.348,32	(138.112,76)
Provisões para Garantias Prestadas	(195.702,65)	(486.810,24)	(507.878,00)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	307.285,18	574.158,56	369.765,24
TOTAL	(338.334,51)	(445.606,20)	(39.097,41)

30. Outras Receitas e Despesas

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	-	1.800,00	-
Ganhos de Capital	8.487,49	19.113,18	429.060,78
Provisões/Reversões Não Operacionais	-	-	-
Outras Rendas Não Operacionais	-	1.465,94	3.609,97
(-) Perdas de Capital	(84.504,77)	(111.197,37)	(8.284,20)
TOTAL	(76.017,28)	(88.818,25)	424.386,55

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

32. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	VALORES	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO DE RISCO
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	9.000,00	0,0105%	273,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	269.552,00	0,3151%	5.279,76
TOTAL	278.552,00	0,3256%	5.552,76
Montante das Operações Passivas	1.208.002,78	0,6871%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023			
Empréstimos e Financiamentos	0,3252%	0,0105%	273,00
Aplicações Financeiras	0,5154%	0,3151%	5.279,76

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	79,29	1,76	0,0046%
Empréstimos	292.705,11	1.170,83	0,1313%
Financiamentos	244.525,08	4.715,13	4,0072%
Montante das Operações Passivas	1.208.002,78	0,6871%	
TOTAL	(1.351.042,24)	(2.206.722,69)	(818.213,02)

NATUREZA DOS DEPÓSITOS	VALOR DO DEPÓSITO	% EM RELAÇÃO A CARTEIRA TOTAL	TAXA MÉDIA - % A.M.
Depósitos a Vista	126.113,71	0,2178%	-
Depósitos a Prazo	1.253.277,89	0,4311%	0,9275%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS MÉDIA APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS A.M.	PRAZO MÉDIO (MESES)
(meses)	126.113,71	0,2178%
Empréstimos	2,4371%	55,48
Financiamentos	1,6000%	81,41
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,8785%	37,53
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	94,8917%	35,66

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Financiamentos	95.000,00

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

SUBMODALIDADE BACEN	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	155.341,65	202.095,73

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(143.336,65)	(288.988,86)	(300.333,33)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(676.683,34)	(1.381.325,09)	(1.437.017,97)
Plano de Saúde	(17.404,14)	(29.015,91)	(18.911,88)
Total	(837.424,13)	(1.699.329,86)	(1.756.263,18)

32.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDIJUSTRA, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOB NOVA CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB NOVA CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB NOVA CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de

crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIJUSTRRA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB NOVA CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4	9.522.171,69	19.199.229,56	16.182.038,62
Total das Receitas	9.522.171,69	19.199.229,56	16.182.038,62
Rateio de Despesas da Central – Nota 25.a)	(891.353,84)	(2.141.883,44)	(2.230.623,40)
Total das Despesas	(891.353,84)	(2.141.883,44)	(2.230.623,40)

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4	9.522.171,69	19.199.229,56	16.182.038,62
Total das Receitas	9.522.171,69	19.199.229,56	16.182.038,62
Rateio de Despesas da Central – Nota 25.a)	(891.353,84)	(2.141.883,44)	(2.230.623,40)
Total das Despesas	(891.353,84)	(2.141.883,44)	(2.230.623,40)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	38.544.630,49	28.365.330,82
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	238.528.926,64	218.545.216,47
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	16,16	12,98
Imobilizado para cálculo do limite	996.413,77	1.061.385,63
Índice de imobilização (limite 50%) %	2,59	3,74

34. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(27.493,65)	(65.088,88)	(66.179,85)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho

de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da Cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das Cooperativas do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano

de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

BRASÍLIA-DF		
FRANCISCO DE ASSIS TEIXEIRA LEAL DIRETOR PRESIDENTE	JEFERSON FÜRH DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	ALEX PATRUS CHAGAS DE ALMEIDA DIRETOR DE NEGÓCIOS
ELAINE CRISTINA NETO CONTADORA - CRC/ MG 082.177-O		

RELATÓRIO E PARECER

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Ltda - **Sicoob Credijustra**

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Ltda - **Sicoob Credijustra**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob Credijustra** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília-DF, 11 de março de 2024.



Aldo Henrique Batista Rodrigues

Contador CRC DF-023897/O-2



PARECER CONSELHO FISCAL



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA - SICOOB CREDIJUSTRA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Ltda - SICOOB Credijustra, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, reuniu-se para examinar os livros eletrônicos, documentos, demonstrações financeiras, relatórios operacionais do 1º e do 2º semestre, relatórios do controle interno do Sicoob Nova Central e, ainda, relatório de auditores independentes CNAC, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, tendo verificado que toda a documentação examinada encontra-se em perfeita ordem e exatidão, razão pela qual o parecer é favorável à aprovação das contas anuais em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília, 8 de março de 2024.

Nilson José Gomes Barros
Conselheiro Fiscal (Coordenador)

Lailton José Ramos Melo
Conselheiro Fiscal (Secretário)

Marcos Wagner Mainieri
Conselheiro Fiscal (Membro)

Conselho Fiscal - SICOOB Credijustra
SCS 02, Bloco D, Edifício Oscar Niemeyer, Salas 402/405
Brasília-DF, CEP: 70316-900, Telefone: (61) 3247-4600
E-mail: conselho.fiscal@credijustra.com.br

D4Sign 889c9821-a3a1-4f44-a8c9-e2a6e0004ed8 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

AGORA VOCÊ PODE INVESTIR EM NOVOS APRENDIZADOS PELO APP SICOOB MOOB.



GESTÃO ESTRATÉGICA



COOPERATIVISMO



EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Baixe o aplicativo e venha fazer parte da nossa comunidade digital.



Escaneie e faça o download



App MOOB

No App Sicoob Moob, além de visitar sua cooperativa sem sair de casa, você também pode ampliar seus conhecimentos sobre educação financeira, cooperativismo e muito mais. Baixe o aplicativo, acesse **MENU** → **UNIVERSIDADE** e aperte o play para começar a aprender.

Descubra o Moob em www.sicoob.com.br/moob



Central de Atendimento Sicoob | Atendimento 24h. | 4000 1111 – Capitais e regiões metropolitanas | 0800 642 0000 - Demais localidades | Ouvidoria 0800 725 0996 – Atendimento de seg. a sex. de 8h às 20h. | Deficientes auditivos ou de fala | 0800 940 0458 - Atendimento de seg. a sex. das 8h às 20h.



EQUIPE GESTORA

Conselho de Administração

João Vasconcelos Carvalho - Conselheiro Presidente

Sérgio de Souza Cordeiro - Conselheiro Vice-Presidente

Newton José Cunha Brum - Conselheiro Secretário

Alexandre de Jesus Coelho Machado - Conselheiro Efetivo

Deise Alexandra Koerber - Conselheira Efetiva

Márcia Elena Dutra Pereira - Conselheira Efetiva

José Carlos da Silva Farias - Conselheiro Efetivo

Gustavo Caribé de Carvalho - Conselheiro Efetivo

Marco Aurélio Fidélis Rêgo - Conselheiro Efetivo

Rafael Simões Espírito Santo - Conselheiro Efetivo

Diretoria Executiva

Francisco de Assis Teixeira Leal - Diretor Presidente

Alex Patrus Chagas de Almeida - Diretor de Negócios

Jeferson Fürh - Diretor Administrativo e Financeiro

Conselho Fiscal

Nilson José Gomes Barros - Conselheiro Fiscal Efetivo

Lailton José Ramos Melo - Conselheiro Fiscal Efetivo

Marcos Wagner Mainieri - Conselheiro Fiscal Efetivo

Davi da Costa Aires de Oliveira - Conselheiro Fiscal Suplente

